

ATA N.º 2/XIV/2025

1ª Sessão Extraordinária

09/12/2025

Aos nove dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e oito minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a 1ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção do Público;

2 - Período da Ordem do Dia:

- 2.1 - Apreciação do pedido de justificação da falta ao ato de instalação da Assembleia Municipal, apresentado por Deputada Municipal (n.ºs 5 e 7 do art. 76º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro);
- 2.2 - Eleição de um membro da Mesa da Assembleia Municipal por motivo de renúncia da 1ª Secretária;
- 2.3 - Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, e substituto(a), ao XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 2.4 - Constituição da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Península de Setúbal - revogação da deliberação n.º283_XIII_2024, de 06 de dezembro, da Câmara Municipal da Moita e deliberação de 12 de dezembro da Assembleia Municipal;
- 2.5 - Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal - CIM-Península de Setúbal - e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM;
- 2.6 - Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal;
- 2.7 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita - Ratificação nominal de representante;
- 2.8 - Eleição de três representantes da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em conformidade com o n.º4 do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, em face da renúncia da 1ª Secretária, Maria Isabel Guerreiro Catarino, designou a Deputada Municipal Carmen Lima para a composição da Mesa.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Deputado João Miguel da Silva Romba, do Grupo Municipal da CDU - Coligação Democrática Unitária, foi substituído por Eli Andrea Matias Dias Barros Rodrigues

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas não se verificaram ausências.

Estiveram presentes os seguintes Membros do Executivo Camarário:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e os Srs. Vereadores Alfredo Rodrigues Vieira, João Pedro Vaz Figueiredo, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Paulo Jorge Barbosa Vieira, João Manuel Vasques Miguel, António Carlos Pedrosa Pereira, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa e Joana Sacoto Neves de Santos Flores.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Paulo Matos

“Neste momento, venho aqui em representação da Associação de Moradores da Quinta do Chora, Penteados. Como é do conhecimento geral da Câmara, recentemente existiu inundações na rua Miguel Torga que causaram graves danos a diversos moradores com caves inundadas. Que tenha conhecimento existem duas bombas que fazem a extração das águas pluviais e esgoto, se não me engano, tanto quanto saibamos só uma dessas bombas está a funcionar. Ainda hoje foi um dia de chuva completamente normal, houve caves que começaram a ficar inundadas novamente, e neste momento gostávamos de saber qual é a solução que a Câmara Municipal tem para resolver um problema estrutural que não está com uma solução à vista. E, os moradores ali daquela rua, não podem estar com o coração nas mãos cada vez que vem uma chuva. Hoje foi um dia completamente normal e o problema estava a surgir na mesma, tanto que a proteção civil foi lá chamada. Portanto, o que a associação de moradores pretende é uma resposta urgente a esta situação na urbanização Quinta do Chora, rua Miguel Torga. É tudo.”

Sr. Alexandre Afonso

«Sou um dos moradores desta urbanização, já tive algumas reuniões com a Câmara sobre este problema, a minha cave já foi inundada quatro vezes, duas delas fui eu que tomei conta e não fiz nada, da outra vez coloquei a Câmara e o seguro da Câmara foi acionado e pagaram os prejuízos que tive, que foram prejuízos em que a água deu-me por aqui, nesta última vez tive um metro e oitenta de água dentro de uma cave. O carro da minha filha, perda total, 30000 euros de prejuízo e o seguro da Câmara respondeu-me que não paga. Hoje, como disse aquele senhor, a chuva foi normalíssima e a água estava a começar a entrar. Basicamente, o que se passa ali é que a rede de esgotos pluviais, aparentemente, segundo as pessoas que já me explicaram, engenheiros da Câmara, engenheira Mariana, etc., há uma vala que passa lá atrás, a vala enche, depois aquilo volta tudo para trás, começa a encher a rua. Supostamente, ninguém consegue limpar a vala porque é as pessoas que têm que limpar, as pessoas não limpam, “agente não pode limpar porque”, não faço ideia porquê, depois vamos pôr as pessoas em tribunal ou vamos acionar não sei o quê. Estou lá 15 anos, quatro vezes e desta vez 30000 euros de prejuízo, o carro da minha filha perda total, o seguro da Câmara paga zero. Até agora foi a carta que que eu recebi.

Quanto ao esgoto normal, aquele onde a gente faz os nossos cocós e os nossos chichis, que eu me lembro ele já subiu para fora da rua para aí umas 10 vezes durante este tempo todo, hoje foi mais uma vez dessas, e o que acontece, segundo as pessoas que lá vão, é que dizem que as bombas que lá estão deviam estar duas e está uma, e a bomba que lá está é uma bomba de brincadeira que não tira água nenhuma, ou que tira água, mas não tira água com o volume que aquilo deve tirar. O que acontece é que rua, uma das zonas onde a gente paga mais IMI, fica cheia de porcaria, e na minha cave e outras caves, quando isto acontece, a porcaria de todos entra para dentro das caves, e isto não estou a falar de quando chove, estou a falar quando não chove, em dias de verão, em que o sistema de bombas que lá está não funciona, ou se funciona, como foi o caso de Hoje, porque aparentemente, eu hoje estive a trabalhar o dia todo, mas o feedback que me deram é que foi lá alguém que disse que a bomba estava a funcionar e, mesmo assim, havia porcaria pela estrada, ok?

E nós estamos, quer dizer, nesta era, eu estou lá há 15 anos, até agora nada foi feito, que eu tenha visto, para resolver a parte do pluvial e a parte do esgoto, efetivamente, estão lá as bombas, aparentemente, dizem os vossos funcionários, ou alguém que vá lá ver “off the record”, dizem que devia ter duas bombas, tem uma, não sei se é verdade ou não, porque eu não vejo, e dizem que a bomba que lá está é de brincadeira. E eu acho, que não percebo nada disto porque a minha área até é informática, que o problema de hoje é muito claro, é que o próprio sistema de esgoto leva com a água do pluvial, por isso é que aquilo enche, porque hoje não foram todos à casa de banho para aquilo encher. Com a bomba a funcionar, se aquilo saía fora às três da tarde, ou às duas, não faço ideia, não estava toda a gente a ir à casa de banho e a puxar, por isso eu diria que há ali um problema que, quando chove muito, quando aquela água toda vem da vala para trás, do pluvial, aquilo há ali uma comunicação qualquer que enche o outro e passa-se isto.

Por isso, basicamente, se eu pago os meus impostos, se eu não fugi a nada, se eu fiz uma casa que não fugi a nada, está a casa feita, tudo declarado, o que eu não percebo é como é que um cidadão, perante isto e perante algumas reuniões que tive com a Câmara, chega a este ponto, que é a eu tenho um problema, o seguro da Câmara não paga porque, aparentemente, disse, foi uma tempestade ok?

Hoje não foi tempestade nenhuma e aquilo estava assim e vai acontecer sempre, ou seja, eu sou uma das pessoas que sofre, há mais duas pessoas que têm cave, da última vez a minha teve um metro e oitenta de água, outras pessoas tiveram 1 metro, outras tiveram não faço ideia quanto, e este é um problema que eu acho que sinto-me impotente como pessoa que cumpre para que alguém me ajude aqui, e não entendo como é que o seguro da Câmara, como é que a Câmara tem um seguro que diz-me “pá foi uma tempestade, desculpa lá, a gente não paga”. Por isso, e eu também não sei se a Câmara tem alguma coisa, sem ser o seguro, que pode acionar para me ajudar, ou para nos ajudar, a mim, mas às pessoas do bairro, e eu até diria que se eu tiver que fazer obras para elevar a minha entrada, para pôr ali algum degrau, qualquer coisa, o carro subir mais alto para que aquilo fique com um declive, eu também achava que deveria partir da Câmara, chegar lá e tentar ajudar-me nesse coiso, ou até, não faço ideia como, mas alguma palavra e ia lá ver e haver alguma ajuda, ok? Pronto, basicamente, era isto que eu queria dizer e depois aguardo alguma resposta.»

Sra. Maria Emília Francisco

“O meu problema é basicamente o mesmo do senhor que acabou de falar. Moro na mesma urbanização e não tive 30000 euros de prejuízo, tive 300000, e só não perdi os carros todos porque tinha o meu filho a dormir nesse dia lá em casa e que nos ajudou a tirar os carros, porque é insuportável viver-se assim, tem que haver uma solução para as coisas. Entretanto, já passou um mês e não há solução nenhuma. Não podemos viver em pânico cada vez que chove. E não são chuvas torrenciais. E nem há só uma Cláudia a mais Cláudias, portanto, eu venho aqui para saber, realmente, qual é a solução que vão dar ao problema, porque a culpa não é minha nem dos moradores. Nós fizemos tudo legal, portanto, queremos uma resposta. Penso eu que tenho direito a isso.”

Sr. João Henriques

«O que eu quero pedir, já o ano passado o fiz e volto a fazer novamente, é que este executivo nesta Assembleia, e não só, de Câmara, sejam unidos e que se ajudem aos outros, não virem para aqui a falar mal deste, que o outro fez, o outro não faz, e porque o outro não sei quantos. Essa é a primeira parte. A próxima parte é interpelar o senhor Presidente, talvez, como é que eu hei de me expressar, há um tempo atrás, eu vi uma placa junto ao MacDonald’s que dizia assim “Futuras instalações do posto da GNR”. Aqui há tempos passei por lá, e passo por lá muitas vezes, e esse placar que lá estava deixou de existir. Pergunto eu, será que esse placar foi para a campanha eleitoral ou vão construir o posto da GNR?

Segundo ponto. Há cerca de um ano, um ano e meio, no máximo dois anos, eu falei numa reunião de Câmara, e não só, para porem uma passadeira na avenida Luís Camões, no bairro da Fonte da Prata, junto à creche. Hoje, ia-se dando um acidente muito grave, em que ao atravessarem as crianças para levarem para a creche iam sendo atropeladas. Eu acho que já é tempo, algum tempo, suficiente para porem lá uma passadeira.

Quanto ao que eu falei com o senhor Presidente sobre a avenida Luís Camões., junto à paragem e junto à cabine telefónica, há dois anos praticamente, a paragem foi engolida porque rebentou uma conduta. Junto a essa paragem existia um pino para as pessoas não estacionarem o carro, e gostava que o senhor Presidente, não é preciso pôr um pino, basta lá pôr um bloco de cimento para as pessoas não estacionarem os carros, porque as pessoas que querem ir para a paragem, já com uma certa idade, estão sujeitas a cair. É isso que tenho para dizer.”

Sr. Vitoriano Fidalgo

“Eu não vou acrescentar muito mais àquilo que já foi aqui dito. Nem era para vir cá hoje, mas como, realmente, tivemos mais uma surpresa hoje do princípio de uma enchente, e o senhor Bruno esteve lá, pôde constatar, realmente, o facto, só que acontece que as desculpas que estão a ser dadas para resolução do problema não estão a ir a lado nenhum e, neste momento, começo a ter um problema grave, é que já não consigo dormir assim que começa a chover, ou seja, hoje praticamente não choveu nada e a enchente ia acontecendo novamente. O prejuízo foi brutal e eu agradeço uma resposta porque, realmente, há umas três semanas enviei um e-mail para a engenheira Mariana, se calhar, não era para ela que havia enviar, mas em que mandei umas fotografias, esclareci a situação e pedi ajuda para resolução futura daquela situação. Ou, se não fosse ela, realmente, a dar-me a resposta que reencaminhasse o e-mail para alguém de dentro, ou me informasse, também lá escrito, para quem é que eu devia reencaminhar este e-mail com o pedido de solução urgente para o que está a acontecer, E a verdade é que, cada vez que agora dão-nos uma situação amarela, andamos a carregar sacos de areia para os portões, a tirar os carros para a rua, a não conseguir, realmente, viver naquela casa,

porque é impossível andar há três semanas ou há quatro, porque foi no dia 13, não faço mais nada que andar a limpar e tirar porcaria lá de dentro. Sinceramente, não sei o que é que os seguros vão pagar, o prejuízo é brutal, mas imaginem tantos metros quadrados com 1 m e 80 de água lá dentro, foi tudo, a lama é por todo o lado., aquilo é impossível, o cheiro é por todo lado. As tubagens da eletricidade estão cheias de água, os eletricitas andam lá quase há duas semanas a aspirar e expirar água dentro dos tubos que já cheira a podre, porque é a água do esgoto que lá está. E hoje constato, e o senhor Bruno também esteve presente, também poderá dizer alguma coisa sobre isto, que realmente os esgotos estão a passar, ou seja, estão a receber algo dos pluviais, porque não há outra hipótese.

Àquela hora as tampas dos votos começam a subir, eu ligo para os serviços da Câmara, há um carro que lá foi, sim senhor, para verificar antes de mandar lá o camião, e vai verificar que a bomba está a trabalhar, ou seja, a bomba não está a dar solução, dito por alguém, não interessa agora, mas dito por alguém, que está lá uma bomba de jardim quando deviam lá estar duas, e quando aquilo tem o problema já desde o Chora, porque eu estou lá quase desde o princípio da urbanização, sei exatamente o problema grave que ali está com aquela bombagem, mas assim também não ajuda. Ou seja, hoje parou de chover e estava os esgotos a mandar água para a estrada, na urbanização inteira os esgotos vão todos para ali para ser bombados, a mandar água para a estrada e a ajudar a encher. A minha estava ainda ali com dez centímetros, mas a do senhor Alexandre já estava ali resvés, e pronto, não vou continuar com mais, porque isto agora é o repete, repete, repete.

E, o meu problema é, para além das responsabilidades desta situação, não sei até onde é que vai a responsabilidade da Câmara, é a solução para amanhã, para depois de amanhã. Hoje foi-me dito, realmente, que a Câmara tem pouca possibilidade em relação aos terrenos de trás e que as pessoas é que têm que ir lá limpar as valas. Não sei se será bem assim, porque eu também tenho ali uns terrenos e obrigaram-me a ir lá limpar os terrenos, e se não fosse se calhar iam lá com esse equipamento e ia fazer a Câmara e depois punha-me uma multa e levava-me o dinheiro. Mas, a verdade é que as bombas dos esgotos é da responsabilidade da Câmara, não é de vizinhos nenhuns, nem é de donos de terrenos. A Câmara tem que lá e resolver urgentemente, por lá as bombas que deve meter e fazer um estudo, e, além do mais, esperamos, realmente, que apareça alguém com conhecimento deste tipo de engenharia que nos venha ajudar a arranjar a solução. Uma, ou a Câmara soluciona, outra que nos ajudem como é que a gente há de resolver aquilo para não estarmos constante a não dormir cada vez que começa a chover.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Começar por responder aqui às questões, que se dividem em dois grandes temas, um é o do senhor João Henriques e vou começar por responder ao senhor João Henriques relativamente à questão do quartel da GNR. O concurso está em andamento, houve uma prorrogação de prazo por causa das questões colocadas pelos concorrentes, foi prorrogado para janeiro, esperemos que o concurso termine em janeiro para a obra ser lançada. O que aconteceu com o placar foi, por altura da tempestade Cláudia, que foi de forma tão intensa que o placar, esse e outros no concelho da Moita, acabaram por cair e achámos que não valia a pena voltar a gastar dinheiro para recolocar o placar. Agora o placar que queremos lá colocar, ou esperamos lá colocar, é que a obra se iniciou, ou seja, neste caso, a vedação que o empreiteiro irá fazer para começar a obra, esse é o verdadeiro placar que nós queremos lá colocar o mais rapidamente possível.

Relativamente aqui há passadeira é algo que vamos ver, bem como acesso à paragem que indicou na Fonte da Prata, mas também desde já dizer-lhe que, relativamente à paragem, nada disto seria necessário se houvesse bom senso por parte de todos. Custa-me sempre, enquanto autarca, estar a colocar, a plantar, peço desculpa por usar mesma este termo, estar a plantar pinos nas ruas que, mais tarde ou mais cedo, alguém vai lá e derruba, estraga a calçada e é dinheiro que se desperdiça quando poderia estar a ser investido noutras coisas, e eu acredito que toda a gente, quando tira a carta de condução, uma das coisas fundamentais é saber o Código da Estrada, e o Código da Estrada é claro e inequívoco, não se pode estacionar em cima do passeio, a menos que exista uma sinalética que indique o contrário, que as pessoas podem estacionar. Por isso, havendo bom senso e respeito por parte de todos, situações como esta e outras, das distâncias de estacionamento face a paragens também estão inscritas no Código da Estrada, a distância a que se tem que deixar antes e a distância a que se tem que deixar depois.

Em caso de dúvidas, basta ir lá consultar, mas aqui, mais uma vez, é uma questão de bom senso, e onde falta bom senso tem que a Câmara ir colocar os chamados tropeções, estas coisas, obstáculos no meio da rua, que são obstáculos para carros, mas também, muitas das vezes, para pessoas que acabam por ir a andar descansadas da sua vida e não repararem que está ali um pilarete e bater contra aquele pilarete, desnecessariamente, por falta de civismo, mas vamos continuar a trabalhar neste sentido. Não estou a dizer que não o faremos, porque sabemos como as coisas são, o mundo não é perfeito, não é como nós gostaríamos, é como ele é, e nós estaremos atentos a essas situações para preservar todos aqueles que querem circular e ter acesso à paragem.

Relativamente à urbanização da Quinta do Chora, antes de mais, dar conta do seguinte. A Câmara Municipal, no mandato anterior, fez um enorme investimento, seja na rede de abastecimento de águas, seja na rede de saneamento, seja na rede de pluviais. Gastou, e está a gastar ainda, porque a obra ainda está em andamento no Penteado, 1300000 euros para fazer uma série de ruas e arruamentos que nem sequer tinham rede de esgotos. Na Fonte da Prata foram 500000 euros, na Vinha das Pedras foram 120000 em abastecimento de água, e poderia continuar a lista de todas as intervenções que nós fizemos, seja na rede de abastecimento de água, pluviais ou de esgotos, seja também nas nossas infraestruturas, ou seja, nas redes de captação de água, nas estações elevatórias, todos os investimentos que temos vindo a fazer. Bem sei que o ponto de partida era realmente baixo, ou seja, tínhamos muitas lacunas e muitas dificuldades, lacunas essas que queremos e iremos continuar a ultrapassar ao longo do tempo.

Também é do meu conhecimento, porque tivemos que avaliar e analisar este caso, que esta é uma situação que não é de agora, que está longe de ser de agora, e quando eu digo de agora é dos últimos 4 anos, está muito longe de ser dos últimos 4 anos. Alertar para o facto de que há uma rede das pluviais, uma manilha das pluviais que passa por baixo de uma casa, mas já lá passava há muito tempo, já passava há muito tempo por baixo daquela habitação, que depois vai dar a uma vala real, e essa vala real vai dar ao Montijo, e essa vala real está nas traseiras das habitações, num terreno privado e particular, e que os donos desses terrenos privados têm obrigação legal de manter o funcionamento dessas valas reais, manterem desobstruídas essas valas reais e não diminuir a sua secção vazante, ou seja, à sua área de secção vazante como acontece em muitas situações, que é não chove este ano, não chove o outro, ou o terreno está sempre a inundar e vão estreitando a vala. Sempre que isso acontece, acabam por criar problemas a montante, ou seja, para todos aqueles que escoariam a água para aqueles locais., e quem diz o caso desta urbanização poderia ser um terreno ou outra circunstância similar.

Dizer ainda, para além desta questão aqui vista, que nós, efetivamente, estamos a estudar esta situação, estamos já a ver quando é que foi a última vez que notificamos estes proprietários para voltar a fazer uma insistência, para voltar a notificar para limpar as valas, mas há aqui um aspeto também muito importante e que foi aqui dito. As valas, normalmente, dos esgotos e dos pluviais não têm ligação porque, por lei, os esgotos não podem ir para a rede das pluviais e as pluviais não faz sentido estar a canalizar água das pluviais para a rede de esgotos porque estaríamos a tratar a água das chuvas, porque a rede de esgotos depois vai para estações elevatórias e depois vai para a ETAR para ser tratado, por isso não faz sentido.

O que vamos ter que fazer, face àquilo que me está aqui a ser dito, é verificar onde é que aqui, em algum momento, houve alguém que se lembrou de fazer esta ligação, que muitas das vezes acontece porque quem está a construir, e agora peço desculpa se depois, no local não se verificar que assim é, mas face àquilo que está a ser dito é costume, e eu estou a dizer que é costume verificar-se noutros locais que há construtores, ou houve construtores no passado, que faziam a rede de esgotos e para aumentar e ter sempre garantido que no período de garantia da sua obra não tinham problemas, metiam um tubo ladrão, ou ligavam à secção das pluviais, para que se houvesse um entupimento ia para a das pluviais e eles tinham sempre o problema deles resolvido.

Vamos ter que verificar se essa é uma das situações que se verifica neste caso em particular, já temos vindo a resolver muitas situações dessas e similares, em particular, em Alhos Vedros, temos até uma lista de situações que fomos identificando e vamos corrigindo e vamos mandando informação em contínuo para a APA, que foi esse o compromisso que assumimos em Alhos Vedros, e por isso é que a APA não nos multou mais, porque viu que nós estávamos, todos em conjunto, a corrigir todas essas situações. Vamos ter que verificar se aqui, na Quinta do Chora, através dos meios de vídeo e outros que contratualizámos, e alguns que comprámos, até fizemos a compra desses equipamentos para despistar estas situações, porque a situação que aqui descrevem não me parece normal.

Relativamente àquilo que os técnicos dizem ou lhe terão dito, o que me interessa a mim é o que os técnicos me metem a mim por escrito. Por isso, tudo aquilo que não me chega por escrito, ou seja, que os funcionários da Câmara não me fazem chegar por escrito, não é do meu conhecimento. E, posso-

vos dizer que irei indagar para saber se alguém que acha que o que está lá não é indicado, em vez de transmitir aos seus superiores hierárquicos e, no limite, ao Presidente da Câmara, fecha se em sete copas e transmite a alguém externo à Câmara quando devia era ser avisado quem, efetivamente, podia resolver. Não sei se é verdade ou não, se a bomba que lá está está dimensionada para o efeito, não tenho conhecimento dessa matéria, o que eu posso dizer é que iremos avaliar as soluções que lá estão instaladas e, num curto espaço de tempo, faremos tudo aquilo que tiver ao nosso alcance.

Só acrescentar aqui uma coisa em particular, que não é verdade a forma como aqui foi dito, “uma chuvinha normal”. Não, hoje tivemos em aviso amarelo entre as 12 horas e até às 21:00 tivemos aviso amarelo, que coincidiu entre as 15 horas e as 21 horas com a maré alta, ou seja, a maré alta no nosso concelho, por isso, só dar aqui essa nota que, neste caso, em nada tem a ver a maré alta com a Quinta do Chora, dado à altura em que aquilo se encontra, mas só dar aqui estes dados meteorológicos, que somos sempre prontamente todos informados, nomeadamente, já agora passo a informar, os vereadores são informados, o Presidente da Câmara é informado, os diretores municipais são informados, os chefes de divisão são informados, os senhores Presidentes de Junta são informados, pela nossa proteção civil. Sempre que há uma tempestade, um alerta vermelho, amarelo, são sempre informados das condições climatéricas para cada um, em suas áreas, se poderem preparar da melhor forma para resolver as situações. Era só isso que eu queria acrescentar.

Os nossos serviços vão ver e acompanhar, e darão a resposta no mais breve espaço possível aqui às pessoas e, desde já, lamento os transtornos causados, mas volto a reiterar que foi mesmo o senhor Vitoriano Fidalgo que disse aqui que o problema na urbanização da Quinta do Chora é um problema desde o início da urbanização. Foi aqui dito, e eu tive o cuidado de registar, as pessoas foram falando e eu fui tomando as devidas notas, por isso não é um problema de agora, mas como todos, e muitos outros, estamos cá é para os tentar resolver. Agora, com humildade, com muita, muita humildade, eu percebo a urgência, percebo o drama, as questões que estão aqui em causa, mas nem a Câmara nem outro tipo de organismo consegue resolver as coisas a passe de mágica, tendo agora a situação entre mãos vamos resolvê-la como fazemos e tentar resolvê-la como fazemos com muitas outras situações que nos vão chegando. Por isso, com a calma, com a resiliência e com o foco de sempre.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputado Vítor Cardoso em nome do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“A minha pergunta era, no seguimento da resposta do Presidente Carlos Albino, e tem a ver precisamente com a questão da Quinta do Chora, que sendo uma questão e um problema já antigo, pelo menos, está identificado o problema, gostaria de saber, como foi aqui dito que este problema iria ser avaliado pela Câmara, se não deveria esta avaliação técnica já ter sido feita e ter havido, pelo menos, resultados e pareceres técnicos para que depois pudessem agir em conformidade.”

Deputada Vivina Nunes em nome do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Nesta primeira intervenção da Assembleia, gostaria de desejar que este mandato fosse um mandato cordial, mas que nós, na Assembleia Municipal, não deixássemos de ter aquele que é o nosso papel, o papel fiscalizador crítico, mas também um papel que deve ser feito com cordialidade e dentro daquilo que são os modos da democracia.

Sobre as questões colocadas aqui, os membros da Assembleia Municipal da CDU, naturalmente, que vão acompanhar o problema, e parece-nos a nós, independentemente daquilo que se esteja a passar, não podemos empurrar para muito longe esta resposta. Portanto, o problema está identificado, há que saber o que é que há a fazer para dar resposta neste momento aos munícipes. Em relação àquilo que foi feito anteriormente, nós sabemos que pode ter havido erros, naturalmente, mas que também há desgaste dos próprios equipamentos que podem ter levado a este tipo de situações, o que consideramos que agora é muito urgente é identificar, estudar e intervir, porque os moradores estão, neste momento, a sofrer consequências bastante graves, e é isto que importa neste momento. E penso que é isto que tenho a dizer.”

Deputado Daniel Serpa, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Sendo esta a primeira Assembleia, queria também desejar a todos um excelente mandato e que os trabalhos que ocorram aqui nesta casa sejam, de facto, profícuos e que se consiga fazer aquilo que é

as nossas competências, que é fiscalizar os atos da Câmara e desenvolver trabalho para que todos consigam, efetivamente, melhorar as condições de vida de todos os nossos munícipes.

Sobre as intervenções do público, queria deixar nota que a bancada do Partido Socialista irá acompanhar os desenvolvimentos sobre os temas aqui colocados pelos munícipes. Esta questão dos esgotos e das redes de drenagem das águas pluviais é um tema que nos tem acompanhado, pelo menos, nos últimos 4 anos, porque, de facto, as deficiências que se têm encontrado ao longo deste tempo têm sido bastante significativas. O senhor Presidente deu nota de muitas daquelas que foram as situações identificadas em Alhos Vedros, mas acredito que por todo o município existam situações que têm que ser resolvidas. Elas foram, muitas delas, resolvidas, e irão, conforme nós sabemos, existir muitas outras, e acredito que, como outras situações foram resolvidas, esta também o será, e não deixará de ser de ser resolvida também, por isso, nós iremos acompanhar os trabalhos que forem desenvolvidos por parte do município nestes temas e acredito que a situação será tratada como outras também já o foram.”

Deputado Diogo Louro, em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata

“Nós também iremos estar a acompanhar esta situação relativamente à questão dos esgotos, também iremos fiscalizar e pedir uma fiscalização se assim o entendermos para acompanhar esta situação, porque já advém de há outros anos, teremos que, efetivamente, criar e achar soluções para outras situações.”

Deputado António Chora, em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

“O que eu tinha a dizer sobre isto é o seguinte, primeiro louvar a coragem, a calma e a serenidade com que as pessoas, com que os afetados por este problema aqui vieram expor a situação, e solicitar também que não só como Bloco de Esquerda possamos acompanhar esta situação, mas que, essencialmente, a Câmara o acompanhe e utilize todos os meios ao seu dispor, todos os meios legais que sejam necessários para pressionar os proprietários dos terrenos que não fazem as devidas limpezas., e isso tem que ser, por forma coerciva, resolvido. Se esse for um dos problemas, têm que avançar rapidamente para essa situação, porque senão estamos aqui, daqui a bocado as cláudias por aí vêm serão mais que muitas e as pessoas não podem estar a viver neste permanente desassossego.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciação do pedido de justificação da falta ao ato de instalação da Assembleia Municipal, apresentado por Deputada Municipal (n.ºs 5 e 7 do art. 76º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro)

“Isto é daquelas coisas para apreciar e eu julgo que está apreciado. Isto foi-me dirigido como Presidente e eu nem podia fazer de outra maneira, até, mais que não fosse, pelo bom senso. Uma pessoa que, tudo por tudo, lhe era completamente impossível e não quis abdicar, e bem, do seu mandato que o povo lhe deu e não pode tomar posse naquele dia tomou noutra, é assim. Houve um outro caso de outro partido que uma pessoa renunciou ainda antes, portanto, avançou outro que tomou posse, normalmente, e não foi preciso trazer a plenário.

Portanto, julgo que, de acordo com a lei, não carece de nenhuma tomada de posição, as pessoas podem falar, naturalmente, mas não temos que votar nada. Perante o Presidente foi pedida a justificação, perfeitamente legítima e perfeitamente justificada, está justificado, mas está apresentada aos senhores. Não sei se alguém quer falar sobre isto, também julgo que o bom senso nos diz que não devemos perder mais tempo com isto, e seja muito bem-vinda a senhora Deputada.”

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente **aceite o pedido de justificação da falta** por todos os membros.

2.2 - Eleição de um membro da Mesa da Assembleia Municipal por motivo de renúncia da 1ª Secretária

“Eu já tenho um bocado esta sina, o ano passado fiquei sem a número dois da lista à qual me candidatei, este ano fico outra vez sem a número dois da lista a que me candidatei. A vida é difícil, mas temos que ultrapassar e ninguém é insubstituível. Neste sentido, será uma votação uninominal, especificamente para aquele lugar. Se fosse um pedido de substituição, o segundo Secretário passava a primeiro e recrutávamos entre a Assembleia uma pessoa para segundo Secretário. Não é o caso, tem que ser eleito, exatamente, uninominalmente para este lugar.

Uma vez que a Mesa foi constituída pelo Partido Socialista, e apresentou-se aos eleitores nessa conformidade, o Partido Socialista fez uma proposta de propormos a senhora Deputada Ana Rita Neto, que é talvez a mais nova deste plenário. Já o foi há quatro anos e é novamente, foi segunda Secretária, e também a meio do mandato, por razões de incompatibilidade, teve que sair, razões que foram ultrapassadas, e agora está aqui de pleno direito e de acordo com a lei.

Pergunto à Assembleia, ou pelo menos aos outros grupos municipais, se querem apresentar algum nome em alternativa para ser votado. Se não querem, vamos passar e vamos votar na candidatura da senhora Ana Rita Neto, que tem que ser por voto secreto porque quando se trata de eleger nomes estas coisas são mais sensíveis.”

Submetida a votação, por escrutínio secreto, a proposta foi **aprovada** por maioria com dezassete votos a favor e catorze em branco.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Neste momento, convidou a Deputada Ana Rita Neto a dirigir-se à Mesa e agradeceu a presença temporária da Deputada Carmen Lima para preencher a Mesa.

2.3 - Eleição do representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, e substituto(a), ao XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

“Atendendo à realização do XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos dias 13 e 14 de dezembro, em Viana do Castelo, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP (vide art. 2º, nº1, do Anexo I), importa eleger o(a) representante, e o(a) substituto(a), dos Presidentes de Junta de Freguesia.

Nesse sentido, propõe-se como representante, e substituta, dos Presidentes de Junta de Freguesia, respetivamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros e a Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.

Nesse sentido, coloca-se à discussão e votação.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“De acordo com os estatutos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, nos seus congressos vai sempre o Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia e um Presidente de Junta do concelho. Nós aqui temos quatro, se estivéssemos em Barcelos, eram sessenta e cinco, porque são sessenta e cinco as juntas que Barcelos tem, e por isso depois tem que haver sessenta e seis deputados eleitos, o que dá cento e trinta e um, é quase o tamanho da Assembleia da República, mas, enfim, isso é uma graça também, são os as particularidades do poder local.

Nós, com a Câmara Municipal, tínhamos decidido, por cortesia, mas também é evidente que era uma decisão política, queríamos ter convidado a senhora Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, que terá manifestado a indisponibilidade para se deslocar a Viana do Castelo na próxima semana, e são dois dias, e depois demos a volta aos restantes presidentes de Junta, e no fim, Alhos Vedros, porque tinha ido ao último Congresso, mas manifestou a sua disponibilidade.

Então indicamos como efetivo o senhor Presidente Artur Varandas, da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e tínhamos que indicar um substituto, mas como ninguém dos substitutos pode ir, mantivemos, desculpe senhora Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, como suplente, enfim, até para ser um homem e uma mulher, porque a Moita indica dois nomes que vão para

a Associação Nacional dos Municípios, com muita pena, como digo, minha, de que não possa ir, mas acaba por ser uma pessoa indicada como suplente, que também não poderá ir caso o primeiro não fosse, mas tínhamos que indicar e, politicamente, achámos que era cortês e era aquilo que devíamos fazer.

A proposta não tem nomes, e isto foi já discutido e acordado entre nós, por consenso entre todos os representantes dos grupos municipais presentes aqui nesta Assembleia, portanto, cinco grupos municipais, quatro partidos e uma coligação, concordamos assim. A proposta tem o Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros como efetivo, e como suplente a Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, e como não pomos os nomes não é necessário estarmos a fazer voto secreto, porque também presidentes são só estes e mais nenhuns.”

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Realmente, não poderia deixar de registar esta palavra de apreço a estes dois colegas de freguesia que estão a votação, sendo um efetivo e outro suplente, mas que, no entanto, não poderiam deixar de contar com o meu apoio e com o meu voto de confiança para nos representarem neste Congresso. Com isto, quero só dizer que, por acaso, também fui abordado, e eu já faço parte dos órgãos distritais da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, e temos tido já algum trabalho e vamos ter também um Congresso Nacional no fim de janeiro em Portimão. São congressos que envolvem todos os presidentes de Junta e representantes das assembleias de freguesia do país, e no qual levamos as nossas preocupações, que são quase comuns. A seu tempo, poderá um dia calhar a serem transmitidas nesta Assembleia, mas isto são sempre áreas muito trabalhosas e que envolve a dedicação de todos. Por isso, eu creio que os meus colegas serão aqui hoje eleitos para nos representar, e quem for desejar um bom trabalho e uma boa viagem, porque ainda é um pouco longe.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a votação, a proposta foi **aprovada** por **unanimidade**, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, dois do PSD e um do BE.

2.4 - Constituição da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Península de Setúbal - revogação da deliberação n.º283_XIII_2024, de 06 de dezembro, da Câmara Municipal da Moita e deliberação de 12 de dezembro da Assembleia Municipal

A proposta infra foi aprovada por maioria, com seis votos a favor, sendo quatro do PS, dois da CDU; três votos contra do CHEGA, na reunião da Câmara Municipal realizada em 26/11/2025:

“Considerando que por deliberação do órgão executivo municipal n.º 283_XIII_2024, de 06 de dezembro e deliberação do órgão deliberativo municipal de 12 de dezembro, foi aprovada a constituição da CIM de Setúbal e respetivo acordo constitutivo, que integrou no seu conteúdo os futuros estatutos da CIM da Península de Setúbal;

Verificando-se, não obstante, que o referido acordo constitutivo, embora consensualizado, foi aprovado com conteúdos divergentes dentro do universo de municípios que compõem a CIM da Península de Setúbal;

Considerando ainda, o disposto no n.º1 do artigo 80.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente, que dispõe, "a constituição das comunidades intermunicipais compete às câmaras municipais, **ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelas assembleias municipais**", resulta inequívoco que o sentido a atribuir ao referido normativo, é o de que, o acordo constitutivo, deve na sua essência e letra ser consensualizado e

uniformizado pelos municípios que integram a comunidade intermunicipal, sem deixar margem para dúvidas relativamente aos considerandos que estão na génese da criação da Comunidade Intermunicipal e, bem assim, a sua Missão e Programa a executar;

Que pese embora a divergência constante do texto do acordo constitutivo, os Estatutos em anexo ao mesmo, eram e continuam a ser iguais em todos os municípios que integram a CIM Península de Setúbal, não tendo sofrido quaisquer alterações;

Que os Municípios que compõem a CIM Península de Setúbal, consensualizaram o novo texto do Acordo Constitutivo, é imperativo que os referidos órgãos procedam à revogação das deliberações iniciais que os aprovaram, a saber, deliberação n.º 283_XIII_2024, de 06 de dezembro, da Câmara Municipal da Moita e deliberação de 12 de dezembro da Assembleia Municipal da Moita.

Em face do disposto, em obediência ao n.º 1 do artigo 80.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, e com base nos considerandos supra,

Propõe-se que o Órgão Executivo delibere:

- Revogar a deliberação n.º 283_XIII_2024, de 06 de dezembro, da Câmara Municipal Da Moita, que aprovou a constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal — CIM — Península de Setúbal e aprovou o acordo constitutivo que integra como anexo os Estatutos da CIM.
- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a revogação da deliberação, de 12 de dezembro da Assembleia Municipal da Moita, que aprovou a constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal — CIM — Península de Setúbal e aprovou o acordo constitutivo que integra como anexo os Estatutos da CIM.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Dando nota da proposta aqui apresentada, e mesma resulta de que, já há aproximadamente um ano, tínhamos aprovado aqui o texto que ia dar origem à constituição desta Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal. O que aconteceu é que o texto, e agora não vale a pena estar aqui a escarpelizar qual é que terão sido os motivos na base desta situação, não foi, exatamente, aquilo que foi aprovado linha a linha, letra a letra, parágrafo a parágrafo, em cada um dos órgãos das câmaras que vão fazer parte desta Comunidade Intermunicipal. Não tendo sido o mesmo texto, a mesma redação igual em todos os órgãos, o que na prática passou a haver, tendo havido um grupo que aprovou o texto de uma determinada forma e outro grupo que aprovou um texto de outra forma diferente, não daria para constituir duas CIM, na prática, aquela que tivesse aparecido primeiro era constituída e ia só criar um embaraço que não faria qualquer tipo de sentido.

Aqui, depois, o que se fez foi esperar, depois entrámos em período eleitoral, não se avançou nesse sentido e achou-se por bem agora, no início deste novo mandato, o mais rapidamente possível, até para não perdermos os fundos comunitários que vêm aí e que vão ser discutidos, e que se tem que fazer todo um conjunto de um trabalho muito importante, avançar rapidamente esta matéria, e o que se apresenta aqui, peço desculpa, faço já aqui a análise do outro ponto que vem em seguida, se for esse o caso, se este primeiro vir a ser aprovado.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“A ideia é mesmo essa, senhor Presidente, os dois pontos serem apresentados, discutidos e depois votados cada um à vez porque a lei assim o impera, mas a discussão seja única que não faz sentido.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Faço já, porque não vale a pena falar de um sem falar do outro. Então o objetivo é trazer aqui o revogar desta decisão para aprovar uma em que ouve aqui um trabalho de tentar construir um texto mais abrangente, indo ao encontro de todas as sensibilidades, de revermos o texto e avançarmos rapidamente porque há o trabalho de fazer a avaliação do território, porque agora temos a NUT II e a NUT III que nos dão as características específicas do nosso território e que nos permitem aflorar com dados estatísticos, palpáveis, não é empíricos, o que é que, efetivamente, faz falta às nossas pessoas, às nossas gentes, às nossas empresas, e é isso que queremos ir avaliar para depois poder negociar

com a Europa e para fazer uma maior captação de fundos para a nossa Península, fundos esses que estarão, mais tarde, se este processo correr como nós todos desejamos, ao dispor das autarquias, irão estar ao dispor das empresas, irão estar ao dispor do terceiro setor, ou seja, das IPSS.

Por isso, isto é muito importante e significa que, em vez de estarmos a receber entre cofinanciamentos na casa dos 40%, ou seja, para mobilizar atualmente os quatro milhões que no PT2030 estão disponíveis para o município da Moita, a Câmara Municipal da Moita tem que despender os outros 60%, na casa dos sete milhões de euros para mobilizar quatro. No futuro, isso não seria dessa forma porque os financiamentos andarão na casa dos 80% ou 85%, ou seja, para mobilizar na casa dos dez milhões bastaria dois milhões ou um milhão e meio por parte da Câmara para podermos então mobilizar toda essa verba, ou seja, um investimento e um esforço do município muito mais baixo para ir buscar valores muito superiores. Quem diz a Câmara Municipal diz as empresas, diz as IPSS, diz o tecido social, o que é muito importante e uma diferença porque, atualmente, o que está a acontecer é muito injusto e muito penalizador para o município da Moita e para a Península de Setúbal, simplesmente porque estamos colados à Área Metropolitana de Lisboa, de repente, de um momento para o outro, parece que somos todos ricos e estamos todos acima da média nacional em convergência com a média europeia.-

Não é verdade, todos nós sabemos das assimetrias que existem nos nossos territórios, das dificuldades das nossas populações, das pessoas que acordam às cinco da madrugada para terem que ir para Lisboa trabalhar, e estou a falar das que vão para Lisboa mas podia estar a falar daquelas que trabalham por turnos na Autoeuropa ou noutros locais. Não vou aqui continuar a fazer publicidade às mais diversas empresas, umas fixadas no nosso concelho, outras fora do nosso concelho. Lembrar que, aproximadamente, 60% das pessoas da nossa Península saem de fora da Península para outros distritos para irem trabalhar., por isso é um esforço enorme que a nossa população faz e é tempo de começarmos a combater essas assimetrias. E isso é possível com soluções deste género que visam então ajudar os territórios a crescer, a desenvolver-se e a prosperar.

Por isso, era isto que eu vos queria dar nota, é este o único objetivo, as CIM estão previstas na lei, no Decreto-Lei 75/2013, qualquer dúvida, qualquer questão é consultar. É muito importante que possamos avançar. Disse.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputada Cláudia Paulino do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Em relação ao ponto da agenda 2.4, revogação da deliberação n.º283_XIII_2024, da Câmara Municipal da Moita, em 12/12/2024 foi deliberada nesta Assembleia a Constituição da CIM de Setúbal, assim como o respetivo acordo constitutivo e, só como esclarecimento aos nossos munícipes, um acordo constitutivo é um contrato formal assinado pelos presidentes das câmaras municipais que criam a CIM, definindo os seus estatutos, denominação, sede, fins, estrutura orgânica, órgãos e competências, e os bens e serviços que os munícipes contribuem. Ora, pelo que me parece, este pedido de revogação surge por divergências entre municípios na redação do texto deste acordo, havendo uma nova consensualização do texto entre os municípios que pretendem ser parte constituinte da CIM.

Tal como na primeira proposta de 2024, seria suposto para todos os municípios ter um texto consensualizado entre eles, e não aconteceu, gerando ineficiências processuais para que o que foi aprovado há um ano seja agora revogado, como é que este executivo pode garantir que daqui a um ano não estejamos aqui, novamente, a debater mais uma revogação na mesma proposta, perpetuando a ineficiência, gastos administrativos e credibilidade, tanto do executivo como desta Assembleia?”

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“A Associação de Municípios da Região de Setúbal existe, e foi criada, por uma razão muito simples, trabalhar para todos nós, para que pudéssemos ter uma voz mais forte, para que a nossa força fosse cada vez maior e que ela fosse a representante da nossa região. Sem ela seríamos muito mais pobres, mais pobres em projetos, em coordenação, em capacidade de se afirmar, e tantas, mas tantas vezes, fomos exemplo para o resto do país.

Ao longo de décadas, a Associação de Municípios da Região de Setúbal deu escala ao que individualmente seria pequeno, deu força ao que isoladamente seria irrelevante e deu direção e estratégia a políticas públicas que mereceram e qualificaram o território. Sempre que a região avançou

em conjunto, avançou porque falou a uma só voz, e essa voz sempre foi a da AMRS. A classificação da Arrábida como Reserva Mundial da Biosfera é um dos melhores exemplos e um dos mais atuais, que só existiu porque a Associação de Municípios liderou, uniu municípios e mobilizou toda a região. Sozinhos não teríamos chegado lá.

É por isso, e por uma vez mais, que a AMRS nos falta, que, dos vários planos que fez, alguns pioneiros no país e que serviram de inspiração à criação de leis para muitos projetos, para muitas situações e para muitas CIM's, que nenhuma das CIM's substitui o papel de uma associação de municípios de qualquer região, porque é um papel técnico e político que as associações constroem voluntariamente e assim todas as regiões ganham com isto. Porque sem a AMRS a região perde a ambição, perde capacidade de ação e perde peso político.

A AMRS foi decisiva na modernização das autarquias, na criação de redes culturais, educativas e ambientais, no reforço da identidade regional e na defesa dos serviços públicos, promoveu cooperação, formação, partilha e planeamento, sempre com uma lógica de desenvolvimento equilibrado e sustentável. Terminando, e quase terminando, esta nova CIM só terá conteúdo, visão e força se souber trabalhar lado a lado com a AMRS. Sem a associação de municípios a CIM nasce incompleta, com ela pode ser verdadeiramente regional.

E agora, segundo as palavras do senhor Presidente da Câmara, que diz que o processo teve um ano parado, quero aqui lembrar que a CDU há um ano avisou deste perigo. A CDU alertou, para que o processo não estivesse parado e para que hoje não estivéssemos aqui, à pressa, a aprovar documentos para que alguns, muito poucos, tivessem discutido aqui uma saída airosa do problema, porque a CIM tem que ser constituída. E, só para dizer duas coisas, também não se diga que a CIM vem resolver os problemas todos do mundo, porque não vem. Como foi dito atrás, a CIM não serve só para captar dinheiro, que é o que tem sido apresentado à população e o que tem sido dito nos jornais. A CIM tem que ser mais do que aquilo que é apresentado.

A CIM tem que ser um verdadeiro projeto de coesão, de inclusão, de fomento participativo das empresas, dos sindicatos, dos trabalhadores, de todos aqueles que queiram participar na construção do projeto regional, tal como a AMRS fez, por várias vezes, e é por isso que estou a falar da AMRS, porque temos um bom exemplo para seguir e temos agora condições para ir emendando a mão, para irmos todos juntos, e não só alguns, e para deixar de parte o interesse partidário mesquinho do querer ter lugares, ou do querer ser mais do que os outros, e de colocar mesmo a região à frente, inclusive à frente do dinheiro que pode vir. Como eu costumo dizer, e muitos dizem, mais vale ter projeto do que ter dinheiro ou ter dinheiro sem projeto, se calhar. é um grande problema. Disse.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Sobre este ponto que estamos aqui a discutir, é na realidade um ponto decisivo para o futuro, para o futuro da nossa Península de Setúbal, que é a criação da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal, e a primeira coisa que, claramente, nós devemos afirmar, com clareza, é que esta decisão não é ideológica. Não é ideológica, não é partidária, é basicamente estratégica para o desenvolvimento do nosso território. Ela existe, está claramente descrita na nossa lei e existem, principalmente, três funções para esta Comunidade Intermunicipal: planear a estratégia do desenvolvimento económico, articular os investimentos entre os municípios e participar na gestão dos programas apoiados pelos fundos comunitários. E, aquilo que nós achamos, na nossa bancada, é que votar contra a constituição da CIM é, basicamente, votar contra uma ferramenta legal e que o território terá para negociar, captar e executar esses fundos europeus.

Não estamos a inventar a roda, as CIM's existem no nosso país há muitos anos, muitos anos mesmo, existem CIM's com resultados muito significativos desde a sua constituição, uma delas, por exemplo, é a CIM do Douro, que tem trazido benefícios muito, muito importantes para o próprio território, e por isso não é algo que a gente esteja aqui a inventar. O que é certo é que ninguém consegue acreditar que a Península de Setúbal pode competir por fundos europeus estando a falar sem ter esta estrutura para negociar esses fundos europeus para não existir uma consensualização daquilo que é a estratégia do próprio território por todos os municípios. E também ninguém consegue acreditar que se consegue negociar pacotes financeiros relevantes com, basicamente, nove municípios isolados e cada um a tentar procurar para si aquilo que é o investimento no seu território.

Por isso, acreditamos que a constituição da CIM já vem tarde, já devia ter ocorrido, infelizmente, ela não ocorreu por várias circunstâncias, uma delas foi aquela que o senhor Presidente da Câmara apresentou aqui, e aquilo que nós esperamos é que hoje seja possível aprovar a constituição da CIM da Península de Setúbal e que se comece a trabalhar para se conseguir fazer a captação dos fundos e criar a estratégia para o nosso território.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para falar sobre as intervenções anteriores.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Só queria dar aqui nota do seguinte para que fique claro para todos aqui algumas questões.

Eu quero-vos dizer que eu fui politicamente muito correto ao não querer aflorar nem densificar os motivos que estiveram na base de não haver concordância, ou anuência, ou encontros, para avançarmos com a CIM de forma mais rápida. Eu vou só frisar aqui aquilo que disse o Presidente da Câmara, na altura, no encontro que tivemos em Palmela, Paulo Silva, “estamos condenados a entender-nos”, e o futuro veio provar que, embora alguns não quisessem que o entendimento fosse mais rápido, ou pudesse ser mais rápido, o que é verdade é que ficámos mesmo condenados a entender-nos.

Quero vos dizer que daquilo que era da minha parte sempre fiz aquilo que me competia, apresentei os documentos que estavam mutuamente acordados, não apresentei aqui nada que não tivesse sido previamente consensualizado. Dizer que foi com surpresa que vi que nem todos os documentos tinham sido aprovados da mesma forma, e mantive desde o primeiro dia, e desde o primeiro momento, toda a disponibilidade que nos caracteriza. Isso é o que eu quero dizer e vou dizer que, educadamente, não irei muito para além disto, dizer só que vejo que foi possível ultrapassar todas as questões que pudessem existir, e que no próximo dia quinze já temos agendado a presença de todos os presidentes de câmara para assinar o documento constitutivo, já estamos a mandar todas as informações, fazendo boa fé que os documentos irão passar em todas as reuniões de Câmara, como já passaram, e irão passar em todas as assembleias municipais ou que se estão a realizar neste momento ou que se venham a realizar.

O que eu vos posso dizer é que a Câmara Municipal da Moita foi das primeiras a marcar a reunião para apresentar o texto da CIM, e é das primeiras onde tem lugar também a Assembleia Municipal, e desde já agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e a todos os presentes por tamanha disponibilidade para estarmos aqui hoje a fazer aqui esta discussão.

Depois, quando se fala da AMRS, lembrar-vos do seguinte. A Moita, em 2018, e anos subsequentes, transferiu para esta organização, seja diretamente através do valor que resultava de uma percentagem sobre o FEF, o FSM e o IRS, a título de exemplo, em 2018 pagava 173748 euros, e para a Península Digital pagava 47250 euros, o que totalizava 220998,37 euros. Era o que nós contávamos, globalmente, para a AMRS na sua componente AMRS, normal, e Península Digital. Quero-vos dizer que, comparativamente àquilo que outros municípios pagavam, representava um enorme valor para a Câmara Municipal da Moita. Temos, a título de exemplo, Almada, que é um município que todos reconhecem e sabem que é um município muito maior, ou mesmo o município de Setúbal, pagavam só mais 50000 euros que a Moita, ou seja, uma discrepância enorme face àquilo que a Câmara Municipal da Moita pagava. Isso traduzia-se num enorme desequilíbrio, no nosso entender, porque não tinha em conta o nosso território, as nossas gentes, a dimensão, ou seja, em número de população se fosse em área de território.

O que é que nós decidimos, até porque nunca percebemos, face àquilo que pagávamos, a mais valia e o retorno que vinha da AMRS? Resolvemos sair, e ao longo de destes anos poupámos, e vamos poupar, se incluirmos o próximo ano, aproximadamente um milhão de euros. Aquilo que gastávamos anualmente para a Península Digital gastamos num ano só, só num ano, não foi ao longo de três anos, foi num ano só para fazer o site e todas as suas congéneres, todos os elementos, alojamento e etc., e agora gastamos um valor muito, muito diminuto decorrente da sua manutenção, que é o normal, mas já não é 50000 euros todos os anos.

No que diz respeito a este valor, posso-vos dizer que a quotização para a CIM, para o seu arranque, está escrito, é do conhecimento, as contas são públicas, não vale a pena a gente estar a fazer de conta, vão ser 50000 euros no primeiro ano, só para o arranque porque não vamos fazer distinção entre câmaras, mas depois já há uma proposta que tenha em conta, e eu deixei isso para ficar logo em ata, que pudesse ter em conta o número da população, a área do concelho, da mesma forma que utilizamos a fórmula para receber, que também seja a mesma que utilizamos na Área Metropolitana de Lisboa. Por isso, um valor muito inferior por um benefício muito maior e lembrar que, em 2018, pagávamos nem chegava a 20000 euros para a Área Metropolitana de Lisboa, de onde vinham os fundos comunitários, de onde depois se construiu o PART, para termos os transportes públicos com passes a preços muito acessíveis para toda a nossa população, onde se discutem outras matérias, por isso pagávamos um valor muito inferior. Lembrar também que, depois nós sairmos, muitas outras câmaras nos seguiram o exemplo, Setúbal também irá sair, pelo menos foi anunciado pela Presidente da Câmara

que tinha intenções de sair da AMRS, e acredito que o que o Montijo, não sei, mas não me cabe a mim falar sobre os outros municípios.

Por isso, indo aqui ao que interessa, nós estamos onde faz sentido, onde achamos, todos em conjunto, que faz sentido, na defesa intransigente daquilo que mais importa para a as nossas populações, e é isso que continuaremos a fazer. Continuaremos a fazer todas as pontes, continuaremos a conversar com todos, mas no final é os interesses da nossa população que que mais interessam, porque é esses que nós representamos. Disse.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se mais algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada novamente a proposta à discussão interveio:

Deputada Cláudia Paulino do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Peço desculpa, novamente, à Assembleia, mas volto a perguntar. O executivo pode garantir que, daqui a um ano, não estejamos aqui, novamente, a debater mais uma revogação da mesma proposta, perpetuando a ineficiência, mais uma vez, gastos administrativos, credibilidade, tanto do executivo como desta Assembleia?”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Senhora Deputada, muito rapidamente, eu posso garantir aquilo que a Câmara Municipal da Moita faz, e aquilo que esta Assembleia faz são os senhores que podem garantir. O que os outros deputados nas outras assembleias municipais fazem serão eles que terão que garantir. Não me cabe a mim falar por terceiros. Eu o que faço é cumprir ou levar por diante aquilo que é acordado entre pares, ou seja, entre os responsáveis de cada uma das autarquias. É isso que eu vos aqui trago. É isso que aqui vos é apresentado. Aquilo que é feito em diante, caberá aos próprios, aos responsáveis, aos dirigentes, aos autarcas de cada um dos órgãos de cada um dos concelhos cumprir, e dar por diante os bons ofícios feitos por todos os autarcas, aqueles que representavam em cada momento, nas reuniões que estavam habilitados para tal, as suas autarquias. É isso que eu posso garantir.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se mais algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada novamente a proposta à discussão intervieram:

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Senhor Presidente, mais uma vez, a CDU não é contra a CIM. A CDU apenas fez duas abordagens, uma abordagem valorizando o trabalho da AMRS, e que nós lamentamos que o Partido Socialista no executivo municipal não conheça o projeto nem o trabalho feito durante décadas, porque não é uma questão de dinheiros, nem de despesas, porque eu facilmente arranjava aqui umas despesas da Câmara, até de um ou dois dias, iguais ao valor da cota que foi aqui referido, sem serviços, facilmente, mas não vamos por aí também.

A questão é que a AMRS tem projetos a nível cultural, educativos, fez planos regionais que foram exemplares para o país, fez inclusive coisas que nem sequer estavam previstas em lei e que mais tarde a lei adaptou-se para se fazer, portanto, é um exemplo. Foi exemplo para a criação de muitas das CIM’s que o senhor Daniel Serpa falava aqui, e em muitos locais do nosso país há associação de municípios e CIM. São coisas diferentes, uma coisa não invalida a outra, e o que nos parece é que esta centragem nas questões do dinheiro leva-nos a que perdemos muito mais do que o dinheiro, porque o dinheiro não é tudo.

E, quando a CDU resolve fazer a valorização da AMRS, e eu acho, pessoalmente, que dizer que pagamos aqui umas coisas e é muito dinheiro, e não é nada disso, pelos serviços que têm, pelo histórico que

tem, pelo exemplo que deu ao país, e nós deixamos que podiam existir as duas. Nós achamos que a Câmara Municipal da Moita não devia ter saído, achamos que devia estar lá dentro, achamos que devia ter sido mais proativa na questão da definição da quota que o Senhor Presidente acha que é injusta e que, se calhar, tem razão. Se calhar, era injusto, mas eu também já ouvi outros presidentes de câmara a dizer que o senhor Presidente também não quis negociar a quota, porque foi-lhe dada a oportunidade. A questão aqui é, porque é que se sai e diz-se que o problema era a cota. Então o trabalho que é feito é bom e a gente sai? Então estamos a perder. E o que a CDU quer é que a CIM seja constituída e que tenha, com orgulho, e que herde este trabalho todo da AMRS.

E eu quero terminar só dizendo duas coisas. A AMRS conseguiu mobilizar para a participação numa coisa que está na gaveta desde 2011 ou 2012, que é o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e que é essencial. Eu participei em várias reuniões providas pela AMRS, ao lado de empresários, ao lado de trabalhadores, de coletividades, e havia este espírito de todos participarmos, de irmos todos em conjunto, de escolhermos o modelo de desenvolvimento para a nossa região. É este o papel da AMRS. É unir, não é dividir.

Mais, nós temos vários planos que a AMRS fez que ainda hoje nos dão jeito, desde planos de desenvolvimento geral até planos de mobilidade e de acessibilidades. A Moita participou num projeto desses de mobilidade e acessibilidades, um dos maiores problemas que enfrentamos hoje em dia na Área Metropolitana de Lisboa e aqui na Península de Setúbal. Nós tivemos um crescimento muito rápido da população e temos que estar aqui a discutir e a tentar arranjar soluções para os problemas de mobilidade.

A AMRS tem feito esse trabalho, e projetos culturais e educativos, como eu disse, e até desportivos, portanto, resumir isto a uma questão de dinheiro não está correto e o que nós dizemos, e atenção, é mesmo para terminar, é que as duas podem coexistir. E a CDU nunca, mas nunca irá votar nada contra algo que prejudique o nosso concelho e a região, portanto, somos a favor da CIM, mas somos a favor da AMRS. E, ser a favor das duas, é mesmo ser a favor da região. É mesmo ser a favor da região.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Quería só deixar aqui uma nota sobre esta questão da AMRS. Eu acho que este ponto, para já a AMRS nem devia ter sido trazida para aqui para este ponto, porque não tem nada a ver com o ponto da constituição da CIM, e por isso não sei porque razão é que este tema vem para aqui. É que este tema já foi discutido no mandato anterior e a esta Assembleia decidiu sair, em concordância com aquilo que foi a proposta do próprio executivo, por isso isto já foi uma discussão, pelo menos aqui no município da Moita. E depois, a AMRS, na altura, eu tive oportunidade de descortinar tudo aquilo que foi o trabalho da AMRS, e ficou mais que claro que não fazia sentido nenhum a continuidade do município na AMRS.

E, como o senhor Deputado Nuno Cavaco disse, e bem, fez, foi, foi em tempos, fez o seu trabalho, fez o seu caminho, mas a realidade é que, pelo menos nos últimos oito anos, não se vê trabalho significativo para se pagar um milhão de euros durante um mandato. Um milhão de euros durante o mandato. E por isso, aquilo que foi a decisão deste executivo, que foi votado nesta Assembleia Municipal, foi a saída do município da Moita desta associação. Se os que lá estão, se os que lá permanecem, querem dar continuidade à associação, com certeza, que o façam, têm esse direito de o fazer, agora não exijam que os outros entrem para algo que não é essa a sua intenção.

Por isso, acredito que a constituição da CIM irá ser um passo muito importante para o nosso território, depois de ela ser constituída irá, de certeza, incluir todos aqueles que são os atores importantes do nosso território na discussão daquilo que é a estratégia do território e, com certeza, se a AMRS ainda existir na altura, esperemos nós, será, como é óbvio, convidada a integrar aquilo que são as discussões estratégicas, ou não, isso é uma decisão que depois a CIM tomará. Agora, estar a trazer este tema da AMRS para uma discussão de uma constituição de uma CIM, acho que não faz sentido nenhum. Isto é um tema passado, foi discutido no mandato anterior, o município decidiu, a Assembleia confirmou, e está mais que discutido.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Senhor Presidente, tinha só um pedido de esclarecimento a fazer, uma vez que nós também somos novos nestas andanças, e pela ordem de trabalhos há bocado foi referido que estes temas como se tocam, não só a revogação como o ponto a seguir, o 2.5, que é a votação da CIM, eu acho que nos estamos a adiantar um pouco em relação ao ponto que está a ser votado, ou que vai ser votado, que é o 2.4 da ordem de trabalhos, e estamos já também a falar um pouco no 2.5. Se assim for, se for para misturar os dois temas, eu hei de ter também perguntas a seguir para o 2.5.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Efetivamente foi decidido que discutimos os dois pontos e depois teremos que votar em particular, porque é mais fácil, digamos, ver isto como um todo, mas sim estamos a discutir os dois pontos e no final votaremos os dois isoladamente.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Quando for depois para falar um pouco com a Câmara sobre o 2.5. farei então as perguntas.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Pode fazê-las a partir deste momento.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Então, relativamente aqui ao número 2.5 da proposta de constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal e aprovação do acordo constitutivo, tinha aqui duas questões a fazer, que entroncam também uma na outra, nomeadamente:

1 - Dado que a adesão a esta Comunidade Intermunicipal é de carácter voluntário, existindo à data municípios como Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal e Grândola que não aderiram, gostaríamos de saber por parte da Câmara como foi levado a cabo o processo prévio de avaliação e decisão de entrada do município da Moita na CIM.

2 - Num processo de avaliação e decisão, não querendo ensinar nada a ninguém, especialmente a este executivo, existe uma sequência de passos para apoiar e escolher a melhor decisão, entre os quais a avaliação criteriosa dos prós e contras. Neste sentido, pretendemos saber a razão pela qual, na proposta aqui apresentada, apenas são referidos um conjunto vasto de vantagens sem haver um único contra, e se a decisão do município em aderir à CIM foi tomada apenas considerando as vantagens? É a minha pergunta.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

«Agora já tenho aqui a informação que, entretanto, me foi feita chegar, que eu não teria toda, não sabia o detalhe, como aqui disse o Deputado Municipal Daniel Serpa, eleito pelo Partido Socialista, não vinha hoje reparado ou a pensar que iria voltar a visitar um tema que já discutimos à quase quatro anos atrás. Na realidade foi à três porque ainda ficámos à espera um ano que se falasse das quotizações, e chegou um ponto em que, tendo dado o dito por não dito, relativamente à às quotizações, neste caso, que a quota ia abaxiar e que não baixou, nós, pura e simplesmente, optámos por sair. E depois, quando nos vieram apresentar um valor reduzido, já nem havia espaço para conversar, porque tudo o que estávamos a gastar, na altura, achámos nós, e bem, que era mal gasto, e vou-vos dar um exemplo.

Onde estávamos a gastar, praticamente, 50000 euros ano, e para sermos precisos, acho que a precisão é um detalhe muito importante em muitas das matérias, e é algo que nos tem caracterizado, estávamos a pagar 47250 euros pela Península Digital em 2021. Em 2021, tenho os dados todos, neste momento, à minha frente. Neste momento, tenho os dados todos à minha frente, estou a olhar para todos, não só os do município da Moita, mas de todos os municípios registados à data, e que depois resolvemos sair. E dizer que, atualmente, para esse mesmo serviço, entre aspas, para termos o site, o alojamento e essas coisas, estamos a pagar 4000 euros ano. 4000, não é 47250 euros, é 4000. Esta é a diferença que estamos a pagar. É só esta a diferença.

Se há aqui alguém, em algum momento, que acha que nós podíamos poupar em outras áreas, agradeço que o diga, estaremos sempre dispostos a ouvir tudo e todos para fazer uma melhor gestão daquilo que é o recurso que é de todos. Não é meu, não é vosso, é de todos no município da Moita, por isso sempre disponível, deixar isso já bem claro. E, se gostávamos que a AMRS fosse um espaço para todos e para ouvir todos, digo que todos podemos nos encontrar, todos, todos, todos, podemos nos encontrar na CIM.

A CIM pode ser um local para discussão de todas as matérias de interesse, de âmbito da nossa Península, e aqui vou responder ao senhor Deputado Vítor Cardoso, porque é que não ouvimos Alcácer, Grândola, Santiago, e diria outros, e Sines, e podia continuar, muito simples, porque é uma questão de

geografia. Chama-se Península de Setúbal, CIM – Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal. Então, como todos sabem, a Península de Setúbal é composta... Não vou fazer esta maldade, acredito que todos já sabem quais são os municípios que constituem a nossa Península, e esses municípios é que vão, dia 15, se tudo correr bem e como nós esperamos, a inscrever-se e aprovar esta matéria.

Foi por esse motivo que não consultámos os outros municípios, que fazem parte da CIM do Alentejo. Fazem parte da CIM do Alentejo, está bem? Gosto muito também do Alentejo, vou lá por razões várias, agora não interessa, todos nós, acredito, que tendo oportunidade vão ao Alentejo, ao norte, o nosso país é lindo, mas fazemos parte da CIM da Península de Setúbal. Está bem? É só isso. Quer dizer, ainda não fazemos parte, a fazer, a querer fazer, terá de ser da Península de Setúbal, porque não fazemos parte do Alentejo.

Depois, porque é que não pomos aspetos negativos? Porque a nosso ver a CIM, como ela se constitui e nos é apresentada, tem só aspetos positivos, aspetos negativos não identificamos. Haverá a quotização, que é a jóia, que a entrar, neste primeiro ano, é igual para todos, mas a seguir vai ser discutido e logo aí fica resolvido e sanada a questão, nem sequer chega a ser problema e ninguém iria entender, quando estão em causa financiamentos de milhões de euros a vir para o município da Moita, que a Moita colocasse problemas por causa da jóia ou da quota de entrada para a constituição da CIM. Ninguém iria entender essa matéria, embora saibamos que não é só de dinheiro que estamos a falar na sim, mas também é. Não é, mas também é, porque representa alavancagem de um território, das empresas, do tecido social, do tecido económico, que muito faz falta para o nosso território em particular.

E quando se coloca questões “mas não virá mais dinheiro da Europa”, nesse dia, se calhar, o município da Moita pode ter dificuldades, mas também os municípios aqui à nossa volta da Península de Setúbal, mas acima de tudo terá o país, porque terá perdido fundos comunitários importantíssimos ao longo destes anos, para o investimento e alavancagem do nosso país.

Por isso, se uma das áreas territoriais com maiores necessidades de investimento para fazer a convergência, não só a nível nacional, mas também a nível europeu, deixar de receber fundos, isso significa que o nosso país, Portugal, não tem acesso a fundos comunitários. E se isso assim não for, não é um problema do Presidente da Câmara Municipal da Moita, nem dos senhores deputados municipais, será um problema do Presidente da República, do Primeiro-Ministro, dos Deputados da Assembleia da República, de todos os portugueses em geral. Disse.»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Já agora, se me permitem dizer, sei que existe, realmente, uma CIM do Alentejo Litoral, que inclui Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines, todos do distrito de Setúbal, bem como Odemira, no distrito de Beja, portanto, é outra coisa à parte.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Tinha uma proposta de aditamento a esta proposta da CIM, do 2.5. Ainda não conheço bem o Regimento, mas pelo artigo 45 da página 26, podemos solicitar um aditamento à proposta apresentada pela Câmara.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Se não se importa, para já vamos votar o 2.4 e no 2.5 falaremos nisso.”

Em seguida, por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e nove votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CH, um do BE; duas abstenções do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto não tendo sido manifestada qualquer intenção.

2.5 - Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal - CIM-Península de Setúbal - e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM

A proposta infra foi aprovada por maioria, com seis votos a favor, sendo quatro do PS, dois da CDU; três votos contra do CHEGA, na reunião da Câmara Municipal realizada em 26/11/2025:

“A aprovação da Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro veio permitir a constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal (doravante, CIM da Península de Setúbal) - iniciativa que teve na sua génese o impulso de diversos agentes políticos, sociais e económicos da região, que, ao longo de muitos anos, se empenharam pela concretização do processo de constituição das NUTS II e III da Península de Setúbal, visando a diminuição dos patentes desequilíbrios observados entre as zonas norte e sul da Área Metropolitana de Lisboa.

Tendo presente:

- As singularidades positivas que marcam a Península de Setúbal ao nível dos recursos humanos e naturais, das atividades industriais e logísticas e do setor empresarial;
- A vincada identidade territorial, em torno de valores e culturas, mas também da história coletiva marcada pelas indústrias e pelo cruzamento de culturas;
- A capacidade registada nos vários atores para gerarem um contexto de unidade e concertação entre os Municípios envolvidos;
- A dificuldade observada na Península de Setúbal em superar os valores médios de referência em termos de produção e exportação da Grande Lisboa;
- O prejuízo enfrentado pela Península de Setúbal na atribuição de apoios europeus desde que foi integrada nas NUTS II e NUTS III da Área Metropolitana de Lisboa (AML), que apresenta um rendimento per capita muito superior e acima da média europeia, fator que reforça a Região na condição de credora de discriminação positiva, designadamente no acesso a fundos europeus;
- O quadro de atribuições legais da CIM da Península de Setúbal, associado à promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território e à participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito de fundos europeus;
- A perspetiva de que a constituição desta entidade propiciará a toda a região uma maior escala de benefícios relativamente a fundos europeus para projetos de desenvolvimento económico, social e ambiental através de um quadro comunitário consonante com a realidade da Península de Setúbal, assimétrica em relação à margem Norte do Tejo;
- A expectativa de que o descrito contexto gere maior investimento, desenvolvimento e riqueza para a região chegar a um patamar superior;

Tendo ainda presente que:

- No quadro dos municípios envolvidos, foi constituído um grupo de trabalho responsável pela elaboração, em projeto, dos documentos fundamentais à formação da CIM da Península de Setúbal;
- Os documentos elaborados nesse contexto foram objeto de atenta análise por cada uma das autarquias, encontrando-se, na presente data, estabilizados os projetos de Acordo Constitutivo e de estatutos da CIM (em anexo integrante da presente proposta);

Avançaram os municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal para a constituição formal da CIM, a qual depende da celebração de correspondente Acordo Constitutivo, do qual cumpre destacar a missão atribuída à CIM (ponto II do Acordo Constitutivo), dedicada à realização de interesses comuns aos municípios que a compõem, mediante as competências legalmente detidas em matéria de planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido e na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, em especial, no âmbito do respetivo quadro comunitário.

Cabe ainda aludir ao Programa de Ação atribuído à CIM (ponto III do Acordo Constitutivo), com destaque para o papel fundamental que a CIM irá ter na promoção e elaboração de planos de gestão e modelos de organização e a promoção de iniciativas junto da Administração Central.

Termos em que, em obediência ao n.º 1 do artigo 80.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

Se propõe à Câmara Municipal

A constituição da CIM de Setúbal, com necessária submissão à Assembleia Municipal do Acordo Constitutivo em minuta, o qual, nos termos da mesma norma do RJAL, íntegra no seu conteúdo, como anexo, os futuros estatutos da CIM da Península de Setúbal.

Ocorrendo a aprovação do Acordo Constitutivo pela Assembleia Municipal, o procedimento de constituição prosseguirá os seus trâmites formais através da celebração de escritura pública, nos termos do n.º 2 do artigo 80.º do RJAL.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Passou a palavra ao Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do CHEGA por ter manifestado a intenção de propor uma adenda.

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“A nossa proposta é que seja adicionada ao texto original do executivo a descrição como foi conduzido o processo de apoio à decisão, relatórios e pareceres técnicos onde constam as vantagens, desvantagens e forma de mitigação destas últimas, e o impacto financeiro esperado, os custos.

A bancada do CHEGA reconhece a importância desta proposta e não discorda da forma, discorda profundamente do conteúdo, ou da falta dele. E, conseqüentemente, considera que a mesma deva ser aditada para que seja novamente apresentada, desta vez enriquecida pelo executivo, com dados e fundamentação, nomeadamente, com a inclusão do relatório do grupo de trabalho intermunicipal, que estamos convencidos que foi criado num assunto de tamanha importância deve ter sido criado um grupo de trabalho para análise deste processo, e que tenha sido criado atempadamente para apoio à decisão. Disse.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Se bem entendo, a bancada do CHEGA pretenderia que a proposta fosse retirada e para voltar cá noutra altura com mais elementos.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sim.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu parece-me que isso, neste momento, é um problema, porque todos os municípios vão fazer a escritura pública, salvo erro, dentro de dois ou três dias, o que me parece que não impede que a bancada do CHEGA faça um requerimento para que essa informação seja disponibilizada, vindo dos canais próprios, e seja distribuída a esta Assembleia, mas após a votação, porque a votação, neste momento, é fundamental para o ato que está marcado dos nove concelhos da Península de Setúbal.

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Acredito que sim, agora não podem pedir para passar um cheque em branco, ou termos uma decisão, sem termos todos os dados para termos uma decisão informada.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Vou dar a palavra à Câmara Municipal, ainda tem tempo, tem um minuto e dezoito, mas com a capacidade de síntese que eu conheço do senhor Presidente, isso vai ser canja.”

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

“Então, de forma muito rápida e muito sucinta, até agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizer só o seguinte, o senhor Deputado Municipal invoca dizendo que não é contra a forma o que discorda é do conteúdo. Então o conteúdo é mesmo a CIM. O conteúdo da proposta indica mesmo a CIM, sendo contra o conteúdo é contra a CIM, porque aqui diz não que não é contra a forma, é contra o conteúdo. Então se é contra o conteúdo é contra a CIM. Primeiro, e depois, querendo demonstrar que não é contra utiliza manobras dilatórias que nos impedem, na prática, de dia 15 estarmos lá conjuntamente, neste caso, com os outros presidentes de câmara, a assinar em pé de igualdade esse mesmo documento de adesão, esse contrato constitutivo. Depois, fazendo na prática aquilo que a

senhora sua colega de bancada disse, que era, efetivamente, aí não iríamos conseguir cumprir e estarmos aqui em pé de igualdade a assinar.

Depois, eu tive o cuidado de responder, o financiamento e os custos, eu disse 50000 euros na adesão, o resto depois vai ser discutido entre pares e vai ser trazido aqui entre pares, é aquilo que se acorda. E depois, aqui há outra questão também muito importante, deixámos claro que, da análise que fizemos, não tínhamos questões negativas. E respeitei o tempo.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu não sei se das bancadas que ainda têm tempo alguém quer falar sobre isto, de qualquer forma vou ter que submeter ao plenário esta proposta de adenda do Partido CHEGA.”

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado Nuno Cavaco do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária

“Isto não é tomar partido, mas não sendo aceite a proposta não tem que se colocar. Acho que estamos a perder tempo. É a minha opinião e é a opinião da bancada da CDU.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

“Queria só também dar aqui uma nota sobre esta proposta apresentada pela bancada do CHEGA.

Basicamente, aquilo que nos é apresentado aqui é a constituição da CIM, e aquilo que nós estamos a aprovar aqui é o documento que servirá de base para os estatutos constitutivos da CIM. Isto é que nós estamos a votar aqui neste momento, por isso, se há alguma coisa que a bancada do CHEGA não concorda, não se revê, está contra o documento que aqui está, bem, dá-lhe o direito de votar contra esta proposta, agora estar a pedir documentos adicionais, tendo em conta que o documento que nós, na realidade, estamos a votar está aqui, não há nada obscuro, o que está aqui é o documento que está , não está nada escondido que esteja a ser votado e que nós não saibamos o que é que estamos a votar. Estar a pedir os elementos que levaram à constituição do documento que nós estamos a votar, para mim, não parece fazer muito sentido neste momento.

Por isso, acho que aquilo que nós deveremos é fazer a votação do documento, e a nossa opinião é que, de facto, no documento que aqui está, está claramente explanado aquilo que nós estamos a votar, não está aqui nada escondido, e por isso não faz sentido estarmos a não fazer a votação do documento para que sejam adicionados documentos que levaram à constituição do mesmo.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“De acordo com o que o Deputado Daniel disse, de facto, estamos, nesta proposta, a discutir também o acordo constitutivo, mas toda a proposta é baseada em vantagens na CIM, não é no acordo constitutivo. Toda esta proposta está feita, como todos podemos ver, com as vantagens e a fundamentação da participação na CIM, da entrada na CIM. Pouco se fala sobre a proposta do acordo constitutivo e, uma vez que, na proposta, estão a fundamentar a entrada na CIM, portanto, se estamos a colocar as vantagens, obviamente, temos que colocar as vantagens, porque elas existem de facto. Nós sabemos, e todos sabemos quais são, e elas existem.”

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do Partido Socialista

«Senhor Presidente, não querendo que se torne um diálogo, mas é importante esclarecer isto.

Se nós olharmos para a terceira página do documento da proposta que nos foi aqui entregue, o documento começa com “Acordo constitutivo da CIM Península de Setúbal”. É este o acordo que nós estamos a votar. Isto é o acordo constitutivo. É este documento que irá levar à constituição dos estatutos que, se tudo correr bem e aprovarmos esta proposta hoje nesta Assembleia, dia 15, os presidentes de câmara que tiverem estes documentos aprovados irão fazer parte da constituição da CIM, por isso, o acordo está aqui.

Depois, sobre a questão das vantagens e desvantagens, bem, eu acho que o senhor Presidente já foi claro. Neste momento, de acordo com aquilo que foi avaliado pelo grupo de trabalho, não se verificou, agora, nenhuma desvantagem para a constituição da CIM. Ora, se não existem vamos inventar só porque o documento diz vantagens e desvantagens? Se, por parte do grupo de trabalho, ficou decidido que não encontra, neste momento, e o senhor Presidente até foi um bocadinho mais além, que foi dizer

que uma das desvantagens poderá ser até a quotização, a maneira como a quotização vai ser feita por parte de cada um dos municípios, mas esse tema nem sequer se coloca agora porque foi acordado uma quotização única por cada município e uma discussão, a posteriori, sobre aquilo que é o modelo de financiamento da própria CIM.

Por isso, mais uma vez, senhor Deputado, com todo o respeito, não faz sentido nenhum a retirada desta proposta neste momento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Tenho aqui na Mesa um colega jurista que diz que, realmente, a proposta não pode ser alterada com um aditamento.”

2º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado João Palma do Grupo Municipal do Partido Socialista

“A estão é a seguinte. Quando nós fazemos uma proposta de aditamento, por exemplo, temos um determinado texto da proposta, texto ou conteúdo, mas, neste caso, seria o texto da deliberação e não à deliberação em si, portanto, à parte deliberativa. Ora, para fazer essa alteração, para ser uma proposta de aditamento, nós teríamos que ter um conteúdo concreto. Por exemplo, aqui foram levantadas as questões das desvantagens, uma proposta de aditamento seria invocar, especificamente, as desvantagens neste momento, aqui. Portanto, ou é possível fazer isso neste momento concretizando, ou se não for possível fazer neste momento, ou bem que votamos a proposta ou pode colocar à consideração do órgão executivo a retirada da proposta, mas aditamento só pode ser possível se tiver um conteúdo concreto.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

«Obrigado pelo esclarecimento. Aquilo que me baseei foi, como já tinha referido no artigo 45 do Regimento – “as propostas de alteração podem ter a natureza da proposta de emenda, substituição, aditamento ou eliminação” – neste caso, a proposta de aditamento são as que, conservando o texto primitivo e o seu sentido, contenham a adição de matéria nova. É precisamente a adição desta nova matéria, no caso em concreto, das vantagens que nós sugeríamos, e essa é a razão para o aditamento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Uma vez que existe esta questão, eu vou colocar ao plenário se admite este aditamento que vai, na prática, chumbar a proposta e vai, na prática, adiar a constituição da CIM.”

Em seguida, submeteu a proposta de adenda e a proposta da Câmara Municipal a votação.

A **proposta de aditamento** à proposta da Câmara Municipal, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA, foi **reprovada** por **maioria** com sete votos a favor do CH; vinte e quatro votos contra, sendo treze do PS, oito da CDU, dois do PSD, um do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Eu sugiro ao CHEGA, porque existe uma figura que são os requerimentos à Câmara Municipal, que eles sejam feitos e a Câmara Municipal terá que fazer uma resposta baseada nos elementos que encontrar e que dispuser dentro da CIM, e das pessoas que a constituem, para tornar a vir a esta Assembleia Municipal.

Para que fique em ata, pergunto ao CHEGA se quer fazer esse requerimento.”

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Sim, vamos fazer esse requerimento.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, submeteu a proposta da Câmara Municipal a votação.

A **proposta apresentada pela Câmara Municipal** foi **aprovada** por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, um do BE; sete votos contra do CH; duas abstenções do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA, proferida pelo Deputado Vítor Cardoso

“Entendemos que desta proposta, como já referimos, não constam os elementos suficientes para que esta Assembleia consiga perceber as reais implicações da adesão a esta comunidade. Uma vez que são, mais uma vez, referidas apenas vantagens, sem esclarecer como se vão traduzir essas vantagens para a população.

Quais os encargos financeiros? Foi referida a quota, mas não foram referidos outros encargos que possam daí advir e, acima de tudo, da identificação das possíveis desvantagens e pontos críticos associados, e como o município antevê a sua mitigação. Estamos a falar, concretamente, e vamos falar, das desvantagens que para o executivo não havia, mas conseguimos descobrir que algumas.

Perda de autonomia municipal – o município pode ter que ceder parte da sua autonomia de decisão em certas áreas, como planeamento urbano, transportes e desenvolvimento económico para as CIM, uma vez que votam por maioria.

Custo de funcionamento – a criação de um organismo como este implica a alocação de uma série de recursos humanos e despesas inerentes, acrescentando mais uma camada de despesa ao olhar ao público e aos contribuintes.

Falta de identidade e proximidade – a presente iniciativa não resulta de um processo de participação pública nem de qualquer mecanismo de auscultação civil, configurando-se como projeto promovido pelos executivos municipais do Partido Socialista e da CDU, com o objetivo da criação de nova estrutura propícia ao alargamento do perímetro político-administrativo, competência de nomeações, assessorias e cargos de confiança política.

Dependência de fundos externos – a comunidade não gera recursos financeiros, gere projetos e depende financeiramente dos municípios associados e das transferências do Estado.

Ausência de poder decisório (embora os fundos possam vir de fundos comunitários) – as CIM padecem de poder decisório e vinculativo, sendo as decisões da competência das CCDR, que mantêm a real tutela sobre a matéria de planeamento e execução das estratégias territoriais.

Duplicação de funções com a CCDR e acréscimo de camadas de complexidade e burocracia – a coexistência destas duas estruturas resulta numa complexa teia burocrática, onde se duplicam funções, consomem e se dispersam recursos, tornando a gestão regional mais complexa e menos eficiente.

Propostas pouco fundamentadas e sem conteúdo adequado que facilite a decisão podem levar a uma vinculação futura, que implicará uma solução onerosa e desnecessária para o município, à semelhança do que aconteceu na já falada AMRS, como o senhor Presidente falou, e que teve custos que não foram concretizados em projetos, tendo-se gasto, pelos vistos durante décadas, milhares, se calhar, chegando aos milhões, arrisco-me a dizer. para organizações que não são mais que associações de interesses políticos, sem qualquer vantagem para os cidadãos.

Creemos ser obrigação do executivo elaborar propostas transparentes, e fundamentadas com as evidências necessárias que levem a uma decisão informada da Assembleia, que foi eleita, precisamente, para fiscalizar e escrutinar o executivo.

As propostas aqui apresentadas devem ter a maior clareza e objetividade possível, e não serem formuladas apenas por motivos partidários e com vista a possíveis benefícios paralelos, que não sejam o do superior interesse da população do município da Moita.

Por fim, a transparência, a eficiência e a proximidade às populações, devem ser os princípios orientadores que estão na base de todas as decisões e propostas feitas pelo executivo, e salvaguardadas por esta Assembleia, configurando um modelo de gestão pública mais moderno e eficaz, capaz de responder aos desafios do século vinte um para o nosso município da Moita.”

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária, proferida pela Deputada Eli Rodrigues

“A CDU lamenta que, mais uma vez, o tempo nos venha dar razão. Demos nota há um ano que este processo carecia de transparência e de envolvimento efetivo de todas as autarquias. E assim aconteceu um ano inteiro parado, com decisões agora a serem aceleradas por alguns, que mais uma vez pouco dialogaram com todos os municípios.

Assim, é novamente preocupação da CDU de que o texto a aprovar não tenha sido aceite e participado pelos nove municípios da região, tendo apenas sido validado sobretudo pelos municípios do PS, que recusaram a proposta de adiamento da reunião por motivos de indisponibilidade de agenda. A CDU não compreende esta pressa, especialmente considerando que a CIM só terá competências efetivas a partir do orçamento de 2027, pelo que não existe qualquer urgência objetiva.

No quadro legal em vigor, a CDU é favorável à criação da CIM da região de Setúbal, entendendo que esta pode ser um espaço de cooperação entre municípios e de promoção de projetos intermunicipais participados. No entanto, a criação da CIM não resolverá por si só os problemas estruturais da região e não deve ser encarada apenas como um mecanismo para aglutinar verbas e distribuí-las pelas autarquias. Muito da estrutura e do modelo apresentados resulta da experiência da Associação de Municípios da Região de Setúbal, que inspirou o modo de gestão e participação existente em algumas CIM e que demonstra que é possível criar formas de cooperação com participação e sentido estratégico. Ainda assim, esta criação não substitui a necessidade de uma verdadeira regionalização democrática, com regiões administrativas dotadas de competências e legitimidade eleitoral.

A CDU votará a favor da criação da CIM Setúbal pelo superior interesse municipal e regional, garantindo voz e intervenção onde são tomadas decisões que afetam diretamente as populações.

Ao mesmo tempo, reafirmamos que este passo não resolve os problemas maiores da região, que só podem ser enfrentados com uma regionalização efetiva, baseada em autonomia, competências claras e participação democrática. A CDU continuará a defender um modelo de cooperação intermunicipal participado, transparente e estratégico, sempre ao serviço das populações e do desenvolvimento regional, tal como este processo da criação da CIM deveria ter sido construído.”

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista, proferida pelo Deputado Daniel Serpa

“Senhor Presidente, se for possível, queria fazer da minha primeira intervenção a declaração de voto da bancada do Partido Socialista.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Sim, senhor. Ela está gravada.”

2.6 - Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal

“Em conformidade com a proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal em reunião da Conferência de Representantes, em cuja composição foi tido em consideração o critério da representatividade das forças políticas na Assembleia Municipal e aplicado o método de *Hondt*, de acordo com a prática democrática ao longo de diversos mandatos, e dando cumprimento ao art. 24º do Regimento em vigor, propõe-se a constituição, coordenação e secretariado das comissões permanentes para o mandato 2025-2029, com a consequente ratificação nominal dos seus membros. de acordo com o mapa em anexo.

Nesse sentido, coloca-se à votação por escrutínio secreto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Isto é um pouco mais para quem nos assiste, lá de casa ou aqui presencialmente.

A Assembleia Municipal tem Comissões Permanentes por áreas temáticas, e as mesmas, em cada uma dessas áreas, integram as cinco forças políticas que aqui estão. Mais uma vez, tal como nos tempos, há uma distribuição proporcional pelo método de *Hondt* em relação à representatividade, havendo sempre, no mínimo, a participação de um membro para os partidos ou grupos municipais singulares, de um elemento único, poderem participar, e quem tem dois alterna também com uma pessoa.

Vou passar aqui à senhora 1ª Secretária para ler as comissões para que as pessoas lá em casa conheçam, e quem são os intervenientes. É importante que o público saiba que se pode dirigir a estas

comissões para colocar questões à Assembleia Municipal, porque esse é o seu papel também. Nós, as pessoas ligadas às assembleias municipais, costumamos dizer que somos os provedores do município, portanto, os municípios podem-se dirigir à nossa Assembleia sempre que queiram, colocando-nos questões, que nós prometemos tentar saber, junto da Câmara, que soluções ou respostas para esses problemas podem ter e, particularmente, elas, normalmente, descerão às comissões permanentes da área onde esses assuntos vêm, para que, melhor que ninguém, eles também possam dar a sua a sua opinião.

Então vou passar à senhora 1ª Secretária, Ana Rita Neto, para ler as comissões e os nomes que nós teremos que votar por voto secreto, porque a lei assim o impõe, porque vamos dizer os nomes.”

2ª Secretária da Mesa da Assembleia, Deputada Ana Rita Neto do Grupo Municipal do Partido Socialista
 Procedeu à leitura do quadro infra:

COMISSÕES PERMANENTES		
XIV MANDATO 2025-2029		
COMISSÃO	GM	MEMBROS EFETIVOS
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO Outras temáticas incluídas: Orçamento, Recursos Humanos, Modernização Administrativa, Planeamento Estratégico, Quadros Comunitários, Contratos de Delegação de Competências COORDENAÇÃO - GRUPO MUNICIPAL DO PS SECRETARIADO - GRUPO MUNICIPAL DO CH	PS	Daniel Serpa - Coordenador
		João Palma
		Pedro Mateus
	CDU	João Romba
		Susana Vasques
	CH	Cláudia Paulino - Secretária
		Fernando Fonseca
PSD	Diogo Louro	
BE	António Chora	
URBANISMO, HABITAÇÃO, AMBIENTE, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES Outras temáticas incluídas: Património Municipal, Infraestruturas e Equipamentos Urbanos, Trânsito e Mobilidade, Espaços Verdes, Energias, Higiene Pública, Abastecimento de COORDENAÇÃO - GRUPO MUNICIPAL DA CDU SECRETARIADO - GRUPO MUNICIPAL DO PS	PS	Pedro Mateus - Secretário
		Carmen Lima
		Daniel Justo
	CDU	João Faim - Coordenador
		Pedro Ribeiro
	CH	Vitor Cardoso
		Hugo Simões
PSD	Bruno Mota	
BE	António Chora	
EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE Outras temáticas incluídas: Cidadania e Igualdade, Associativismo, Património Cultural, Assembleia Municipal Jovem, Ciência e Tempos Livres, Cooperação Externa COORDENAÇÃO - GRUPO MUNICIPAL DO PS SECRETARIADO - GRUPO MUNICIPAL DA CDU	PS	Guilherme Rocha - Coordenador
		Ana Rita Neto
		João Soeiro
	CDU	Vivina Nunes - Secretária
		Susana Martins
	CH	Luis Cardoso
		Leonor Marta
PSD	Bruno Mota	
BE	António Chora	

COESÃO SOCIAL, SAÚDE, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL Outras temáticas incluídas: Intervenção e Solidariedade Sociais, Segurança Pública, Defesa do Consumidor e Provedoria do Município por parte da Assembleia Municipal	PS	Lidia Monteiro - Secretária
		Guilherme Rocha
		Fabrcio Pereira
	CDU	Nuno Cavaco
		Pedro Ribeiro
	CH	Vitor Cardoso - Coordenador
Valter Fradinho		
SECRETARIADO - GRUPO MUNICIPAL DO PS	PSD	Diogo Louro
	BE	António Chora

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, por escrutínio secreto, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Então, e como se esperava, foi uma grande unidade democrática, tivemos os trinta e um votos desta Assembleia, portanto, estão eleitos os membros das comissões e as comissões, e o que eu desejo a todos, realmente, é um bom trabalho, para contribuímos também para o desenvolvimento, cada vez melhor, do nosso concelho.”

2.7 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita – Ratificação nominal de representante

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Isto não é assim em todos os concelhos, porque eu já tive a ver noutros e vi, recentemente, noutro, e vi até pessoas contra pessoas, o que quer dizer que, para uma comissão destas, acho que é, enfim, de uma falta de algum senso. Nós temos quatro representantes, que representam os quatro maiores partidos com assento nesta Assembleia.

O mandato dos membros da CPCJ, da parte da Comissão Alargada, porque há uma primeira Comissão que é muito técnica, essa é lá deles, nós só indicamos para a alargada, e temos lá quatro representantes indicados pelos partidos com maior representação nesta Assembleia. São pessoas, normalmente, da sociedade civil, que cada partido indica, o que não impede que indique também um membro desta Assembleia quando o quiser fazer. No mandato anterior, por exemplo, a representante do Bloco de Esquerda, indicada pelo Bloco de Esquerda, era uma senhora deputada, que desta vez não faz parte aqui da Assembleia.

Os nossos mandatos, como sabem, são de quatro anos, e os da CPCJ são três, que podem ser renovados duas vezes mais, portanto, podem ir aos 9 anos. De qualquer forma, não é automático, a cada três anos tem que vir aqui aqui, porque esta Assembleia, aí sim, ao fim desse tempo, pode indicar novos nomes, por exemplo, ou votar para reconduzir.

Neste momento, os representantes do PS, da CDU e ainda do Bloco de Esquerda, estão a cumprir o ciclo dos três anos. Quem também estava a cumprir o ciclo dos três anos, mas se demitiu, foi a representante indicada pelo PSD e, tendo sido pedido ao PSD que indicasse uma pessoa para a substituir, porque essa pessoa evocava completa indisponibilidade, porque há muitas reuniões nas horas de trabalho e a pessoa não tinha essas condições, portanto, era impossível continuar, o PSD não conseguiu indicar. Uma vez que o PSD não conseguiu indicar, agora, a terceira força com maior representatividade nesta Assembleia é o CHEGA, logo compete ao CHEGA indicar a pessoa.

Quando terminar o mandato de três anos da pessoa que representa o Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda deixa de ser a quarta força, passa a ser o PSD, e será o PSD que indicará, e só se não conseguir indicar ninguém é que passaremos ao partido seguinte, e daríamos a volta se também no outro a seguir não existisse.

Portanto, sobre esta pessoa indicada pelo CHEGA julgo que têm o documento em que a senhora faz uma apresentação, e o que eu tenho que dizer, seja indicada por que partido for, é louvar a coragem, louvar a abnegação, a vontade de servir em que que estas pessoas se põem, porque não ganhando absolutamente nada, estão ali para assistir a dramas, na maior parte dos casos são dramas sociais e morais que acontecem na nossa sociedade, e tentar, com a sua colaboração com outras pessoas ajudar a resolver, ou a minimizar, esses problemas.

Portanto, o Partido CHEGA, como lhe competia, e só o Partido CHEGA, neste momento, o poderia fazer pelas regras que nós aqui temos democráticas, indica a cidadã Sónia Sofia Bastos Duarte Queiroz, que reside em Alhos Vedros. Eu no vou ler, realmente, os pressupostos que a senhora fez para todos, porque acho que isto deve manter alguma privacidade e o respeito que esta pessoa nos merece, portanto, vamos votá-la por voto secreto, porque é de um nome que fala, e eu apelo a todos à compreensão para que não haja aqui partidarite, e haja compreensão por aquilo que estamos a votar.”

Em seguida, submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto.

Submetida a **proposta** a votação, por escrutínio secreto, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e dois votos a favor, um voto contra e oito votos em branco.

2.8 - Eleição de três representantes da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia

“Em conformidade com a proposta apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal em reunião da Conferência de Representantes, em cuja composição foi tido em consideração o critério da representatividade das forças políticas na Assembleia Municipal e aplicado o método de Hondt, de acordo com a prática democrática ao longo de diversos mandatos, e dando cumprimento ao previsto na alínea c) do nº1 do artigo 19º do Regulamento de Toponímia do Município da Moita, propõe-se que a designação dos três representantes da Assembleia Municipal seja efetuada de acordo com a seguinte distribuição e com a conseqüente ratificação nominal dos seus membros:

PS - Daniel dos Ramos Justo
CDU- Nuno Miguel Fialho Cavaco
CH - Hugo Manuel Correia Simões

Nesse sentido, coloca-se à votação por escrutínio secreto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Mais uma vez, nós mantemos aqui, e de acordo com os regulamentos e a democraticidade que já vinha até dos mandatos anteriores, e nós entendemos que era para manter. Esta comissão municipal, e todas as comissões municipais são dirigidas, são lideradas pela Câmara Municipal, e têm um conjunto de outras pessoas, e à Assembleia Municipal compete indicar três dos seus membros.

Como não podia deixar de ser, serão os três indicados pelos partidos com maior representação nesta Assembleia. Assim, o PS indica um, a CDU um e o CHEGA também um. Então, o PS indicou para a Comissão Municipal de Toponímia o senhor Daniel dos Ramos Justo, a CDU indicou o senhor Nuno Miguel Fialho Cavaco, e o Partido CHEGA o senhor Hugo Manuel Correia Simões. Vamos então também passar à votação secreta em lista destes três nomes.”

Em seguida, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, por escrutínio secreto, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Então, temos também esta votação por unanimidade, portanto, tem os 31 votos deste plenário a favor da Comissão de Toponímia. Também, desejo a esta Comissão que interajam bastante, porque eu acho que há bastante na toponímia a fazer neste concelho, mas isso compete-vos a vós, serem a voz ativa da Assembleia Municipal na Comissão e na pressão junto da Câmara Municipal para que algumas ruas tenham os nomes que devem ter.”

Em seguida, deu por concluída a Ordem de Trabalhos, e deu indicação ao 2º Secretário para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado Vítor Cardoso do Grupo Municipal do Partido CHEGA

“Só pedia para incluir, se possível, a proposta de aditamento que não foi referida na ata e que foi votada pela Assembleia.”

2º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado João Palma do Grupo Municipal do Partido Socialista

«Então, no ponto 2.5., antes de “a proposta foi aprovada por maioria”, passa a constar “Foi apresentada uma proposta de aditamento à proposta da Câmara Municipal, a qual foi reprovada por maioria, com sete votos a favor do CHEGA, vinte e quatro contra, sendo treze do PS, oito da CDU, dois do PSD e um do Bloco de Esquerda.”»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

“Não há mais reparos a fazer? Então vamos passar à votação.”

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, sete do CHEGA, dois do PSD, um do BE.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, eram vinte e três horas e cinquenta e seis minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

O Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário

António Duro

Ana Rita Neto

João Palma

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

<p align="center">ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA XIII MANDATO 2021 - 2025 LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 30.09.2025 A 04.11.2025 EM CONFORMIDADE COM O Nº6 DO ARTIGO 47º DO REGIMENTO</p>			
Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
098	30-09-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 24.09.2025
099	30-09-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Pedido de renovação de isenção IMI nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais; Autorização prévia da Assembleia Municipal para repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais relativos a empreitadas de obras públicas – reescalonamento e assunção de encargos plurianuais
100	15-10-2025	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Remete convocatória relativa ao XXVII Congresso da ANMP, dias 13 e 14 de dezembro, em Viana d Castelo
101	15-10-2025	Raquel de Jesus Garcia Capucho	Informa quais os motivos porque pode ser substituída enquanto representante indicada pela AMM na CPCJ da Moita
102	13-10-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 08.10.2025
103	20-10-2025	Bruno Miguel dos Santos Ferreira	Informa que, por motivos pessoais e profissionais, não poderá assumir o cargo de Deputado da Assembleia Municipal da Moita, para o qual foi eleito nas últimas eleições autárquicas
104	28-10-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 22.10.2025
105	31-10-2025	Susana Isabel Horta Martins	Informe que, por motivos profissionais, não lhe será possível estar presente no Ato de Instalação da Assembleia Municipal
<p align="center">ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA XIV MANDATO 2025 - 2029 LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 05.11.2025 A 09.12.2025 EM CONFORMIDADE COM O Nº6 DO ARTIGO 47º DO REGIMENTO</p>			
Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
001	06-11-2025	ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Convida o Presidente da Assembleia Municipal a participar no V Congresso da ANAM, que se realizará no dia 6 de dezembro de 2025, na Cidade de Lamego
002	07-11-2025	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Convoca para o XXVII Congresso Nacional, que se realizará nos dias 11 e 12 de dezembro de 2025, no Centro Cultural de Viana do Castelo

003	14-11-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 11.11.2025
004	18-11-2025	GMCH - Grupo Municipal do CHEGA	Informa quais os representantes do GMCH , efetivos e suplentes, nas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal
005	20-11-2025	GMPSD - Grupo Municipal do Partido Social Democrata	Informa quais os representantes do GMPSD, efetivos e suplentes, nas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal
006	24-11-2025	GMCH - Grupo Municipal do CHEGA	Indica a cidadã Sónia Sofia Bastos Duarte Queiroz para integrar a CPCJ da Moita
007	25-11-2025	GMCH - Grupo Municipal do CHEGA	Remete atualização dos representantes do GMCH nas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal
008	26-11-2025	GMCH - Grupo Municipal do CHEGA	Remete indicação das Comissões que escolhem coordenar e secretariar, e atualização dos representantes do GMCH nas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal
009	27-11-2025	Maria Isabel Guerreiro Catarino	Apresenta renúncia ao mandato
010	27-11-2025	GMCDU - Grupo Municipal da CDU	Informa quais os representantes efetivos do GMCDU nas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal
011	27-11-2025	GMPS - Grupo Municipal do PS	Informa quais os representantes, efetivos e suplentes, do GMPS nas Comissões Permanentes da Assembleia Municipal
012	02-12-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da Reunião Pública realizada no dia 26.11.2025
013	02-12-2025	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Constituição da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Península de Setúbal - revogação da deliberação n.º283_XIII_2024, de 06 de dezembro, da Câmara Municipal da Moita e deliberação de 12 de dezembro da Assembleia Municipal; Constituição da Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal - CIM-Península de Setúbal - e Aprovação do Acordo Constitutivo com respetivo anexo, Estatutos da CIM
014	03-12-2025	GMCH - Grupo Municipal do CHEGA	Indica o Deputado Municipal Hugo Simões como representante do GMCH na Comissão Municipal de Toponímia
015	04-12-2025	João Miguel da Silva Romba	Solicita a sua substituição na Sessão Extraordinária de 09/12/2025
016	04-12-2025	GMCDU - Grupo Municipal da CDU	Indica o Deputado Municipal Nuno Cavaco como representante do GMCDU na Comissão Municipal de Toponímia